

RELATÓRIO & CONTAS 2021



mobilidade de almada, E.M. S.A.

:: mobilidade . transportes . estacionamento

RELATÓRIO & CONTAS 2021

ÍNDICE:

Relatório de Gestão	pág. 03
INTRODUÇÃO	pág. 04
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	pág. 07
ATIVIDADE DA EMPRESA	pág. 07
1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA	pág. 07
2. FLEXIBUS	pág. 08
3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO	pág. 08
4. PARQUE DE ESTACIONAMENTO AFONSO HENRIQUES	pág. 10
5. PARQUES DE ESTACIONAMENTO COSTA DE CAPARICA	pág. 11
6. PARQUES DE ESTACIONAMENTO PRAIAS	pág. 12
7. APOIOS DE PRAIA	pág. 12
8. AÇÃO FISCALIZADORA DA WEMOB	pág. 12
8.1. TAXAS E INFRAÇÕES	pág. 13
8.2. COIMAS	pág. 13
8.3. PARQUÍMETROS	pág. 14
CAPITAL HUMANO	pág. 15
CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DOS TRABALHADORES	pág. 16
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	pág. 17
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	pág. 17
ABSENTISMO	pág. 17
ACIDENTES DE TRABALHO	pág. 17
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	pág. 18
1. INVESTIMENTO	pág. 18
2. RENDIMENTOS	pág. 18
3. ANÁLISE INTEGRADA	pág. 20
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	pág. 21
FACTOS RELEVANTES	pág. 23
EVENTOS SUBSEQUENTES	pág. 23
PERSPETIVAS PARA 2022	pág. 23
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	pág. 23
INFORMAÇÃO ADICIONAL	pág. 24
NOTA FINAL	pág. 24
MAPA DE RENDIMENTOS E GASTOS	pág. 26
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	pág. 27
Demonstrações Financeiras	pág. 28
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	pág. 29
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	pág. 30
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS	pág. 31
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	pág. 32
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	pág. 33
Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único	pág. 49

RELATÓRIO &
CONTAS 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, e do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração, submete à apreciação da Câmara Municipal de Almada, no exercício dos poderes tutelares desta, previstos na alínea d) do artigo 24.º dos Estatutos, os documentos descritos no número 2, do artigo 33.º dos Estatutos da WeMob E.M., S.A., tais como o Relatório de Gestão, o anexo ao Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 e o Anexo, bem como, a Certificação Legal de Contas e o Parecer do Fiscal Único, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

No ano de 2021, os rendimentos globais da WeMob situaram-se nos 2.820.330 euros, traduzindo um desvio orçamental negativo de 327.028 euros e uma taxa de execução orçamental de 90%. No que se refere aos gastos, totalizaram 2.972.964 euros revelando uma 'economia' de 155.116 euros e uma taxa de execução orçamental de 95%.

O ano de 2021 fica marcado pela continuação, da situação pandémica, apesar da menor severidade que, globalmente, caracterizou o seu contexto, da qual resultou o decretar, no primeiro trimestre do ano, de um novo período de confinamento e de recolhimento, obrigatórios. O Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, veio regular a alteração do estado de calamidade para o estado de emergência, e a sua prorrogação, através do Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro. Ao mesmo tempo, e na sequência do estado de emergência e de todas as orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde, foi aprovado, pela Presidente da Câmara de Almada, o Despacho nº2/2021, de 14 de janeiro contemplando um conjunto de medidas, temporárias e preventivas, com o intuito de se reduzirem os riscos de exposição e de eventual contágio, por Covid 19. No que se refere, em concreto, à atividade da WeMob, a 14 de janeiro, em sede de reunião de Câmara, foram aprovadas medidas de benefício à população: isenção do pagamento tarifado à superfície, para os titulares de dístico de residente e suspensão das ações de remoção e de bloqueio, que não constituíssem infração grave, ou prejudicassem seriamente a mobilidade, ambas com impacto no ordenamento do estacionamento e, naturalmente, nos rendimentos previstos, em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2021.

Em abril de 2021, a evolução favorável da pandemia, resultou num novo Despacho (nº 163/2021), por parte da Presidente da Câmara de Almada, que viria a revogar o anterior: "a alteração de circunstâncias em virtude do novo estado de emergência, com um impacto relevante ao nível da mobilidade no concelho, pretende-se a normalização da situação da cobrança de parquímetros e regularização das condições de fiscalização e de normal funcionamento da empresa através da revogação da proposta 50-2021 [GP] Regime Excepcional Aplicável as Autarquias Locais no âmbito da Pandemia da Doença COVID-19 — Medidas no âmbito da atuação da WeMob, E.M., S.A., aprovada em reunião de Câmara do dia 1 de fevereiro de 2021".

Desta forma, a empresa reiniciou, de forma gradual, a sua atividade de entidade fiscalizadora do estacionamento, numa primeira fase, numa perspetiva mais pedagógica, alertando os utentes e colocando folhetos informativos nas viaturas. Só em meados de maio, a empresa retomou, em pleno, a sua atividade, no que se refere à fiscalização do estacionamento.

Em dezembro, devido a um agravamento da situação pandémica, o Governo declarou estado de calamidade, a partir do primeiro dia do mês, definindo um conjunto de medidas preventivas com vista à contenção do crescimento da pandemia nas semanas seguintes, próximas ao Natal e ao Ano Novo. No dia 21 do mesmo mês, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução, alterando as medidas no âmbito da situação de calamidade, introduzindo um conjunto de novas restrições, das quais importa, igualmente, sublinhar a adoção, obrigatória, da modalidade de teletrabalho e a suspensão das atividades letivas e não letivas em regime presencial, esta última antecipada para o dia 27 de dezembro, com término no dia 9 de janeiro, de 2022. No que se refere à WeMob, foram adotadas pelo Município, em articulação com a WeMob, medidas em tudo idênticas às implementadas no início do ano de benefício da população, mas com impacto negativo na execução do Orçamento previsto, ao nível dos rendimentos provindos da fiscalização.

Ainda no que se refere ao impacto da situação pandémica, e em concreto das medidas adotadas, pelo Município em articulação com a WeMob, na atividade da empresa, só foi possível concluir as obras de requalificação do pavimento no parque onde são depositados os veículos em fim de vida removidos já no segundo semestre deste ano. O referido parque, apresentava sinais de degradação evidentes, sobretudo ao nível do pavimento, facto que condicionou de forma significativa o reinício desta área de atividade e, consequentemente, a retirada destes veículos da via pública e o seu abate/venda a entidades credenciadas, com repercussões ao nível dos rendimentos perspetivados.

Importa referir que, o número significativo de veículos, com sinais de abandono, na via pública, a par da limitação do número de lugares disponíveis, no parque sito na Cova da Piedade, conduziu à necessidade de se proceder ao arrendamento de um outro espaço (na Romeira), aquando do reinício, gradual, desta atividade, no início do mês de outubro.

De salientar que, o adiamento da conclusão das obras nos acessos e no interior dos parques de estacionamento das praias Morena, Sereia, Infante, Nova Vaga e Bela Vista, contrariamente ao previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2021, afetaram, também, de forma significativa os rendimentos previstos e não executados.

Apesar do impacto da situação pandémica na arrecadação de receita, na plena execução do Plano de Investimentos, previsto para 2021, e na necessária contenção dos gastos, realçam-se um conjunto de medidas tomadas pela Administração, no ano de 2021:

Vertente de melhoria de Serviço Público:

- :: a reabertura do parque de estacionamento da praia do Rei, a 1 de junho de 2021, com o reordenamento do estacionamento existente junto à praia, com garantia de um atendimento presencial que conduziu a um reforço de equipa, e com a instalação de um terminal de pagamento Via Verde, contribuindo para uma maior satisfação dos utilizadores do parque;
- :: o reinício da atividade de recolha de veículos em fim de vida, a partir do mês de outubro, após a necessária requalificação do pavimento do parque sito na Cova da Piedade, e o arrendamento de um outro espaço (Romeira) permitindo, assim, dar início ao processo de retirada do número significativo de viaturas, nestas condições, da via pública com impacto positivo, não só do ponto de vista ambiental, mas também na libertação de lugares de estacionamento à superfície;
- :: o recurso ao aluguer de parquímetros para a Costa de Caparica durante a época balnear, permitindo uma utilização mais eficiente destes equipamentos, reduzindo os gastos com reparações, bem como a utilização de parquímetros de tecnologia mais recente permitiu desincentivar atos de vandalismo e, assim, uma diminuição das avarias dos equipamentos com impacto positivo no serviço prestado;
- :: a melhoria da imagem pública dos parques através da renovação dos abrigos das caixas de pagamento dos parques de estacionamento da Costa de Caparica e da praia da Rainha, por se encontrarem degradadas impactavam significativamente no conforto do utilizador;
- :: a melhoria da acessibilidade dos meios de pagamento, através da aquisição de uma máquina de pagamento automático, para substituição da existente no parque da Costa de Caparica, permitindo a disponibilização de duas caixas de pagamento automático no parque da praia da Rainha, contribuindo para uma melhoria na qualidade do serviço na medida em que permitiu uma diminuição dos tempos de espera para pagamento;
- :: o reforço da equipa de Agentes de Estacionamento permitindo a atuação da fiscalização não só em Almada, como também, na Costa de Caparica com impacto positivo nas condições de mobilidade;
- :: a disponibilização do serviço multibanco nas caixas de pagamento dos parques de estacionamento Conde Ferreira e Bento Gonçalves, impactando no acréscimo de meios de pagamento;

Vertente de melhoria no Atendimento ao Público:

- :: a instalação de um posto de atendimento e de um parque de veículos rebocados, na Costa de Caparica, com o intuito de se melhorar o serviço prestado na medida em que, desta forma, se evitou a deslocação dos utentes a Almada, para levantamento de viaturas, pagamento de taxas e/ou obtenção de informações;
- :: o envio por correio (pela primeira vez) e de forma atempada, dos dísticos de residentes (Costa de Caparica), permitindo que a 1 de junho todos os utentes residentes dispusessem do dístico de residente. Esta alteração do procedimento contribuiu para uma diminuição das reclamações;
- :: a melhoria das condições de atendimento telefónico e presencial no espaço de atendimento ao público em Almada, nomeadamente no que se refere à sua acústica e circuitos de movimentação.

Vertente Gestão do Litoral:

- :: a participação da WeMob na organização do I Encontro de Carros Alemães na Costa de Caparica e no II Encontro de Carros Antigos;
- :: a forte articulação entre a WeMob (Gestão do Litoral) e a Autoridade Marítima Nacional;

L. A.

WeMob A.

:: a coordenação da WeMob com a Agência Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à aplicação "Info Praias" para a zona da Costa de Caparica permitindo, a partir do mês de julho, o funcionamento 'automático' da contagem de ocupação das mesmas, através da implementação de um sistema de câmaras de videovigilância, controlado pelos titulares dos apoios de praia, e do hastear de bandeiras, de acordo com a leituras das câmaras ou leituras manuais da Autoridade marítima Nacional, por parte destes últimos;

:: a implementação de uma série de valências na praia Tarquínio-Paraíso, nomeadamente, aviso de pessoas em risco, para os nadadores-salvadores, contabilização em tempo-real da ocupação da praia, verificação dos caixotes do lixo, entre outras, com recurso à tecnologia 5G, por via de um teste-piloto, levado a cabo em agosto;

:: o aumento do número de eventos, em resultado da diminuição das restrições associadas à pandemia, conduzindo a um acréscimo de pedidos da CMA, nomeadamente, acerca de eventos recreativos, desportivos, filmagens, entre outros, que carecem de enquadramento legal, no âmbito do domínio público marítimo.

Vertente de Segurança ao Público:

:: a atualização dos Planos de Emergência nos parques de estacionamento subterrâneo, em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil;

:: a revisão geral das condições de segurança contra incêndios nos parques de estacionamento;

:: a revisão geral das condições de segurança contra incêndios nas instalações em Cacilhas;

:: a revisão dos geradores dos parques de estacionamento Bento Gonçalves, Laranjeiro e Luísa Sigêia.

Vertente de modernização da empresa ao nível digital, da sustentabilidade ambiental e da melhoria das instalações:

:: a continuação do processo de transição digital da empresa, e em concreto, o desenvolvimento informático da interligação entre a aplicação das contraordenações e a via verde, a integração entre as diferentes áreas de atividade da empresa e a área financeira, e o início do desenvolvimento de uma aplicação informática para os dísticos de residente, com o intuito de se desmaterializar o procedimento;

:: a seleção da WeMob como entidade a ser financiada em 50% na aquisição de um veículo elétrico, no âmbito da candidatura efetuada, em junho, à 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública (Aviso nº 11192/2021, de 17 de junho de 2021);

:: a melhoria das condições dos trabalhadores afetos aos parques de estacionamento da Costa de Caparica e Praias (Rainha e Rei), com recurso ao aluguer de contentores, para refeições, e de WC's portáteis;

:: a melhoria nas condições de trabalho, nas instalações afetas aos agentes de fiscalização e de estacionamento e aos operadores de parquímetros, nomeadamente, por meio da aquisição de cacifos e da instalação de balneários, para estes trabalhadores;

:: o reforço do número de balneários, por via da adaptação de parte do espaço contido nas antigas instalações da empresa;

:: a melhoria das condições de trabalho no posto de atendimento, em Cacilhas, isolando o atendimento presencial, do atendimento telefónico beneficiando, também, o atendimento ao utente.

A 15 de março de 2021 foi aprovada, em sede de reunião de Câmara, a proposta de Contrato Programa, a celebrar entre a WeMob e a Câmara Municipal de Almada, estabelecendo os montantes de subsídios à exploração a atribuir a cada uma das áreas de atividade, que compõem o documento, e cujas "receitas anualmente geradas são inferiores aos custos anuais, pelo facto de se adotarem políticas condicionadas por fatores de ordem social que não permitem que o desenvolvimento da atividade da WeMob seja meramente determinado por uma lógica de pura racionalidade económica", ou que sejam deficitárias "por não lhes estar associada qualquer tipo de receita":

o Gestão e Exploração do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus (Almada e Pera): 58.000 euros;

o Gestão e Exploração dos 5 parques de estacionamento subterrâneo: 126.000 euros;

o Gestão e Exploração do parque de estacionamento Afonso Henriques: 15.000 euros;

o Remoção de Veículos Abandonados :70.000 euros;

o Gestão e Fiscalização dos Lugares Reservados a Residentes: 230.000 euros,

totalizando 499.000 euros.

Em 6 de dezembro de 2021, foi nomeado o novo Conselho de Administração da WeMob que, em linha com o anterior, permitirá manter a desejada estabilidade económico-financeira da empresa, em 2022.

Em 2021, foram as seguintes as áreas de atividade da WeMob:

- :: Gestão de Veículos em Fim de Vida (VFV);
- :: Gestão do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus, em Almada e na freguesia de Pera;
- :: Exploração e Gestão dos parques de estacionamento, em Almada, Costa de Caparica, e praias (Rainha e Rei);
- :: Gestão dos Apoios de Praia (frente urbana e não urbana);
- :: Fiscalização do estacionamento nas áreas de gestão atribuídas à empresa.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais apresentam a seguinte estrutura:

Assembleia Geral

É composta por um representante do sócio único
Maria Teodolinda Monteiro Silveira

Conselho de Administração

Presidente

Ana Luísa Lima Ferreira

Vogais

Filipe Alexandre Pardal Pacheco

Hélio Jorge Ferreira dos Anjos

Fiscal Único

Jorge Macedo & Nuno Borges, SROC, Lda.

Representada por Nuno Miguel Borges Alves Pereira

ATIVIDADE DA EMPRESA

1. GESTÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

O estado de degradação do pavimento do parque, sito na Cova da Piedade, obrigou à sua necessária repavimentação, trabalho este levado a cabo pelos serviços da Câmara Municipal de Almada. O agravamento da situação pandémica, logo no início do ano, condicionou os trabalhos que começando no mês de julho, ficaram concluídos, apenas, no final do mês de setembro. Assim, só no início do mês de outubro, a WeMob estava em condições de retomar esta atividade.

O facto de esta área de atividade ter estado suspensa, praticamente, durante dois anos, permitiu o acumular de veículos com sinais de abandono na via pública. O trabalho de deteção, por parte da equipa da fiscalização, a par das denúncias que, ao longo do ano, iam sendo rececionadas pelos serviços, permitiu perceber o elevado número de viaturas a remover e, conseqüentemente, a depositar no parque. Assim, a necessidade de se retirarem as viaturas depositadas no parque da Piedade, em virtude do início das obras, a par do número elevado de veículos a retirar da via pública, justificaram a tomada de decisão do Conselho de Administração de se proceder ao arrendamento um outro espaço (Romeira), com as características adequadas para o efeito.

Em outubro, a WeMob retomou, ainda que de forma gradual, a atividade dos veículos abandonados, ao mesmo tempo que procedeu ao arrendamento de um espaço na Romeira.

Dois anos volvidos, estavam, assim, reunidas as condições para o retomar desta área de atividade, cujos resultados, no entanto, só serão visíveis, a partir de 2022.

Apesar dos constrangimentos, em 2021, a WeMob retirou da via pública 159 veículos, 9 dos quais foram reclamados pelos seus proprietários que procederam ao levantamento dos veículos, liquidando as taxas de remoção e de diária, devidas. A WeMob rececionou, ainda, 24 veículos, em resultado de entregas voluntárias, e procedeu ao abate (decorridos os prazos e os procedimentos legais) e venda, a entidades credenciadas para o efeito, de 80 veículos.

Como habitualmente, foram cedidos às corporações de Bombeiros do Concelho de Almada, 18 veículos em fim de vida, para exercícios de desencarceramento.

Em 2021, pelos motivos expostos, a receita proveniente da venda de veículos em fim de vida situou-se nos 13.792 euros, traduzindo um desvio orçamental negativo de 46.208 euros e uma taxa de execução orçamental de, apenas, 23%.

2. FLEXIBUS

Ciente das dificuldades sentidas, também em 2021, neste serviço, a WeMob, limitada na sua capacidade financeira, agravada nos dois últimos em resultado da situação pandémica, viu-se impossibilitada de, no ano que agora se encerra, proceder aos investimentos necessários a efetuar no serviço Flexibus, com vista à supressão das necessidades de transporte, sobretudo, de pessoas com mobilidade reduzida e/ou mais idosas, tanto na Freguesia de Pera, como na cidade de Almada.

Em 2021, os problemas mecânicos ora num, ora noutro, dos miniautocarros afetos ao Serviço de Mobilidade Inclusiva impediram, ao longo do ano, o assegurar das duas rotas atribuídas, pelo Município, à WeMob – Almada e Pera. Durante o ano, a impossibilidade de se garantirem os dois circuitos, a par das dificuldades sentidas, pelos moradores da Freguesia de Pera, no que se refere à oferta de transportes, naquela zona, conduziram a que a Administração da WeMob optasse por privilegiar a rota de Pera, em detrimento da rota de Almada.

Face à instabilidade do serviço, sobretudo, em Almada a Administração da WeMob optou, por tornar o serviço (em Almada) gratuito, a partir do mês de setembro, à semelhança do que já acontecia com o serviço de Pera.

Pese embora o impacto negativo, no serviço, provocado pelos referidos constrangimentos, ao longo do ano, a par das medidas impostas, no âmbito da pandemia, foi possível assegurar os objetivos propostos, para o circuito de Pera, aquando da celebração do Contrato Programa para 2021.

Ao longo do ano de 2021, efetuaram-se 319 serviços, em Almada, e 1.179 serviços, em Pera.

No que se refere ao número de utentes que utilizaram o *Flexibus*, em Almada, foram 988 utentes, e em Pera, 9.285.

Ressalva-se, todavia, e entendendo o Conselho de Administração, existirem as condições necessárias que o permitam, o investimento previsto para esta área de atividade, plasmado no Plano de Atividades e Orçamento, para 2022, nomeadamente, a aquisição de um minibus, em leasing, e a contratação de um motorista, para reforço da atual equipa, composta por dois motoristas.

No que se refere aos gastos, os mesmos totalizaram 68.729 euros, distribuídos da seguinte forma: *Fornecimentos e Serviços Externos*: 9.759 euros (14%), *Gastos com Pessoal*: 48.063 euros (70%) e outros gastos: 10.907 euros (16%).

O défice de exploração desta área de atividade situou-se nos 67.869 euros, cobertos na totalidade pelo subsídio à exploração (58.000 euros) atribuído por via do Contrato Programa celebrado, entre a WeMob e o Município.

3. PARQUES DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO

A tendência de crescimento da procura por lugares de estacionamento, nestes parques, nos últimos anos reflete, entre outras, a escassez, cada vez mais notória, de lugares de estacionamento à superfície, disponíveis, em resultado do número significativo de viaturas que entram, diariamente, na cidade de Almada sendo necessário, em conjunto com o Município, estudarem-se soluções/alternativas para o problema de estacionamento, com especial enfoque, para algumas zonas da cidade onde, por exemplo, não existem parques de estacionamento. Por outro lado, esta tendência de crescimento é também resultado do trabalho das equipas de fiscalização, nas zonas envolventes aos parques, e de uma possível maior consciencialização, por parte dos utentes, para o correto estacionamento na cidade como fator essencial para a fruição pedonal.

A limitação de lugares de estacionamento à superfície a par da ocupação, quase plena, dos lugares de

estacionamento para avenças, em alguns dos parques, justifica o encontrar de soluções, em articulação com a Câmara, para os problemas de estacionamento que já existem, em Almada, e que se perspectiva se venham a agravar.

Refira-se que, em 2021, os lugares disponíveis para avenças, esgotaram, quase, na totalidade dos parques de estacionamento. A saber: nos parques Bento Gonçalves e Luísa Sigeia, não existem avenças disponíveis, e a lista de espera, nestes dois parques, é de 78 e 59 pedidos, respetivamente. Nos parques Capitão Leitão, Conde Ferreira e Laranjeiro, as avenças disponíveis são, respetivamente, 2, 10 e 18.

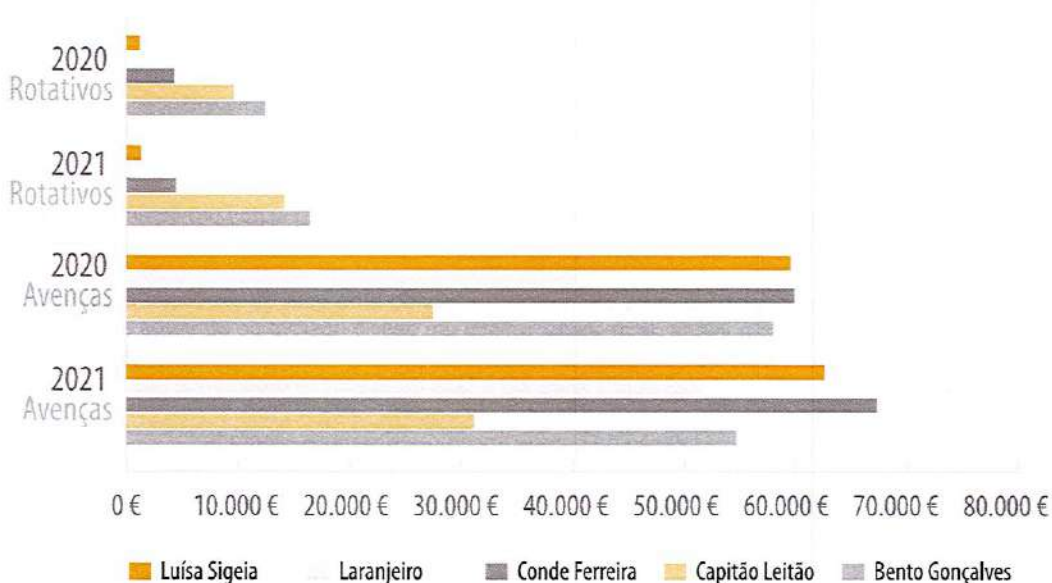
Em 2021, as medidas temporárias adotadas pelo Executivo Camarário (Despacho nº2/2021), em articulação com a WeMob (isenção do pagamento da tarifa de estacionamento aos titulares de dístico de residente e suspensão ou abrandamento das ações de bloqueio e de reboque), em resultado do dever de recolhimento obrigatório, ao abrigo do estado de emergência, decretado a 15 de janeiro de 2021, e só levantado, gradualmente, a partir de meados de março, não impactaram, de forma substancial, a receita obtida nos parques.

Apesar de limitada na sua capacidade financeira para o investimento, em 2021, a WeMob, como forma de melhorar a qualidade do serviço prestado aos utentes, introduziu nos parques de estacionamento Conde Ferreira e Bento Gonçalves a modalidade de pagamento do estacionamento, através de multibanco.

Os 5 parques de estacionamento subterrâneo registaram um rendimento de 305.797 euros, dos quais 269.081 euros (88%) provieram da venda de avenças, e 36.716 euros (12%) do estacionamento em lugares rotativos. No que se refere à venda de avenças, a taxa de execução orçamental foi de 107%, traduzindo um desvio orçamental positivo de 17.477 euros. Na venda de lugares rotativos, a taxa de execução orçamental de 129%, situou o desvio positivo nos 8.320 euros.

No que se refere à venda de avenças, os rendimentos obtidos nos parques Conde Ferreira (67.699 euros) e Luísa Sigeia (62.929 euros) representaram, respetivamente, 25% e 23% do rendimento total (269.081 euros) registado nesta modalidade de estacionamento. Os parques Bento Gonçalves (55.006 euros), Laranjeiro (52.066 euros) e Capitão Leitão (31.380 euros), contribuíram, para o mesmo total, com 20%, 19% e 12%, respetivamente.

Relativamente aos lugares rotativos, os rendimentos obtidos nos parques Bento Gonçalves (16.515 euros) e Capitão Leitão (14.227 euros) representaram, respetivamente, 45% e 39% do rendimento total (36.716 euros), obtido com esta modalidade de estacionamento. Com menor expressão, o parque Conde Ferreira (4.458 euros) contribuiu com 12%, e os parques Luísa Sigeia (1.285 euros) e Laranjeiro (232 euros) contribuíram, apenas, com 3% e 1%, respetivamente, para o total de vendas de lugares rotativos. Em relação aos dois últimos parques, o rendimento baixo justifica-se pelo facto de, ambos, se situarem na proximidade de parques de estacionamento gratuito.



	2020	2021	2020	2021
	Avenças	Avenças	Rotativos	Rotativos
Luísa Sigeia	59 848 €	62 929 €	1 170 €	1 285 €
Laranjeiro	40 742 €	52 066 €	199 €	232 €
Conde Ferreira	60 189 €	67 699 €	4 280 €	4 458 €
Capitão Leitão	27 658 €	31 380 €	9 697 €	14 227 €
Bento Gonçalves	58 275 €	55 006 €	12 499 €	16 515 €

No que respeita à modalidade de avenças, as mais procuradas, à semelhança de em anos anteriores, foram as de 24 horas. De um total de 7.020 avenças vendidas, 5.674 foram de 24 horas, conforme ilustra o gráfico abaixo:



Em 2021, os gastos totais tidos com estes parques situaram-se nos 439.454 euros repartidos da seguinte forma: 28% disseram respeito a *Fornecimentos e Serviços Externos*, 67% a *Gastos com Pessoal* e os restantes 5% a outros gastos.

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato Programa, no que se refere ao cumprimento dos pressupostos incluídos no número 5 da cláusula 4ª do documento, importa referir que o rendimento proveniente da venda de lugares rotativos, no conjunto dos cinco parques subterrâneos foi superior, em 10%, ao valor definido para este período, determinando o cumprimento dos objetivos definidos no Contrato Programa 2021.

Em 2021, o défice de exploração, destes parques, foi de 126.436 euros cobertos, na totalidade, pelo subsídio à exploração.

4. PARQUE DE ESTACIONAMENTO AFONSO HENRIQUES

À semelhança do que tem vindo a suceder nos parques de estacionamento subterrâneo, a limitação de lugares de estacionamento, concretamente, no centro da cidade, a presença da fiscalização, e a possível consciencialização para a importância do correto estacionamento na cidade, são fatores que têm contribuído para um aumento da procura de lugares de estacionamento, também neste parque, nos últimos anos.

Em 2021, o rendimento do parque situou-se nos 44.635 euros, dos quais 7.981 euros provieram da venda de avenças, e os restantes 36.654 euros resultaram da venda de lugares rotativos.

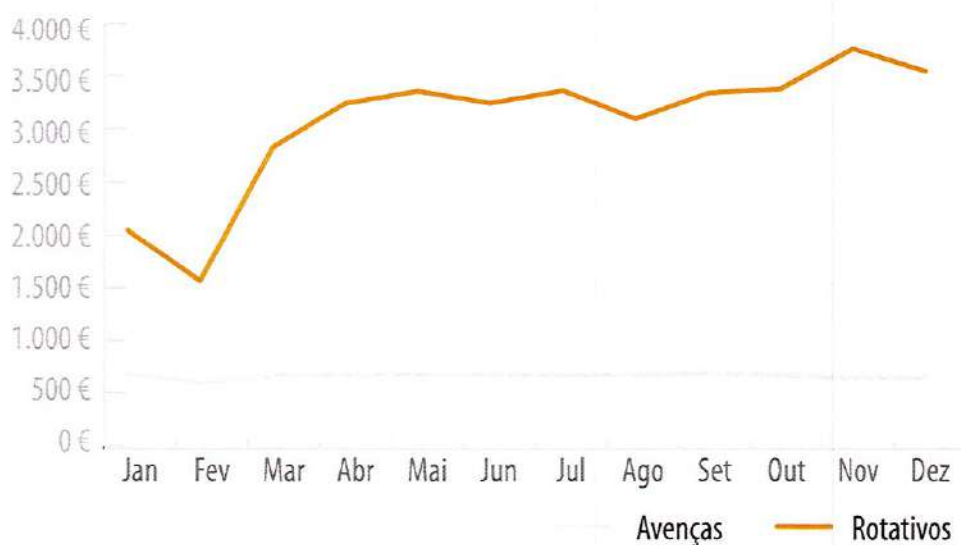
O desvio orçamental global foi positivo em 8.635 euros, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 124%. O rendimento obtido com a venda de avenças, refletiu um desvio positivo de 60 euros e uma taxa de execução orçamental de 101%. No que se refere ao rendimento proveniente da venda de lugares rotativos, o desvio orçamental foi positivo em 8.723 euros, situando a taxa de execução orçamental nos 131%.

De referir, ainda, que durante o dia, a lotação do parque encontra-se sempre esgotada.

No que diz respeito às avenças, de um total de 321 avenças vendidas, 309 foram 'Diurnas' e as restantes 12, de 24 Horas.

O quadro seguinte é demonstrativo da evolução dos rendimentos, neste parque, ao longo do ano:

Evolução Rendimento Parque Afonso Henriques em 2021



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Avenças	675 €	602 €	660 €	675 €	675 €	675 €	675 €	675 €	695 €	675 €	650 €	650 €
Rotativos	2 034 €	1 558 €	2 819 €	3 232 €	3 347 €	3 235 €	3 354 €	3 088 €	3 334 €	3 371 €	3 747 €	3 536 €

No que se refere à estrutura de gastos, para um total de 60.060 euros, contribuíram os *Fornecimentos e Serviços Externos* com 15%, os *Gastos com Pessoal* com 78%, e os outros gastos com 7%.

Tratando-se de uma área de atividade contida no Contrato Programa, no que se refere ao cumprimento dos pressupostos incluídos no número 5 da cláusula 4ª do documento, importa referir que o rendimento proveniente da venda de lugares rotativos, no parque Afonso Henriques, foi superior, em 21%, ao valor definido para este período, determinando o cumprimento dos objetivos definidos no Contrato Programa 2021.

O défice de exploração, em 2021, situou-se nos 15.365 euros cobertos na totalidade pelo montante de subsídio à exploração atribuído a este parque (15.000 euros).

5. PARQUES DE ESTACIONAMENTO COSTA DE CAPARICA

Situados na zona urbana da Costa de Caparica, junto ao paredão, estes parques funcionam durante todo o ano, com tarifário reduzido (0,50 euros/dia), nos meses fora da época balnear.

Localizados na proximidade de restaurantes e bares, e do paredão, mesmo em frente às praias da Costa de Caparica, estes parques registaram, ao longo do ano, uma procura consentânea com as condições climáticas, mais ou menos amenas, que se fizeram sentir, proporcionando caminhadas e prática de atividades desportivas.

Em 2021, a Administração tomou a decisão de colocar, num dos parques, e durante a época balnear, o posto de atendimento WeMob e o parque de veículos rebocados permitindo aos utentes obterem informações, procederem ao pagamento de taxas e ao levantamento de viaturas removidas, por se encontrarem em infração ao Código da Estrada e ao Regulamento Municipal, evitando, desta forma, a sua deslocação às instalações da WeMob, em Cacilhas.

Salienta-se a cedência destes parques e o apoio da WeMob à realização de dois eventos: a 23 de maio – II Grande Encontro de Carros Antigos e Desportivos da Costa de Caparica, e a 12 de setembro - I Encontro de Carros Alemães na Costa de Caparica.

Em 2021, o rendimento obtido foi de 105.053 euros, revelando um desvio positivo, face ao orçamentado, de 24.573 euros, e uma taxa de execução orçamental de 131%.

6. PARQUES DE ESTACIONAMENTO PRAIAS

O agravamento da situação pandémica, logo no início de 2021, impossibilitou a conclusão das obras nos acessos às praias e no interior dos parques de estacionamento, inviabilizando as receitas perspectivadas, em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2021, em 5 das 7 praias consideradas no referido documento: Morena, Sereia, Infante, Bela Vista e Nova Vaga.

Realça-se, no entanto, a reabertura do parque de estacionamento da praia do Rei a 1 de junho.

Assim, em 2021, a WeMob assegurou o funcionamento de dois parques de estacionamento da zona não urbana da Costa de Caparica, localizados nas praias da Rainha e do Rei.

Importa referir o reforço do número de caixas de pagamento, no parque de estacionamento da praia da Rainha, diminuindo, significativamente, as filas e o tempo de espera para pagamento do estacionamento, contribuindo para uma melhoria do serviço prestado.

À semelhança dos parques de estacionamento, situados na zona urbana da Costa de Caparica, também os localizados nas praias da Rainha e do Rei (em 2021, a partir de junho), funcionaram durante todo o ano, com tarifário reduzido nos meses fora da época balnear.

Em 2021, o estacionamento no parque da praia da Rainha significou um rendimento de 110.291 euros, superior ao orçamentado em 4.591 euros e traduzindo uma taxa de execução orçamental de 104%. No parque de estacionamento da praia do Rei, o rendimento obtido foi de 54.450 euros, revelando um desvio orçamental positivo de 600 euros e uma taxa de execução orçamental de 101%.

De referir o impacto, na execução do rendimento total, previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento 2021, da não abertura das praias Morena, Sereia, Infante, Nova Vaga e Bela Vista, pelos motivos atrás expostos. O rendimento, a menos, por via dessa impossibilidade, foi de 289.200 euros.

7. APOIOS DE PRAIA

A receita gerada por vias destes equipamentos, em 2021, situou-se nos 318.082 euros, dos quais 208.054 euros provieram dos Apoios de Praia Urbanos, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 100%, e os restantes 110.028 euros resultaram dos Apoios de Praia Não Urbanos evidenciando uma taxa de execução orçamental, também, de 100%. O esforço levado a cabo pelo Departamento de Mobilidade e Litoral, no acompanhamento aos Apoios de Praia contribuiu para o cumprimento integral das obrigações, por parte dos concessionários.

No que diz respeito às taxas relativas ao licenciamento das Zonas de Apoio Balnear (ZAB's), o rendimento obtido foi de 11.103 euros, traduzindo um desvio negativo de 17.677 euros e uma taxa de execução orçamental de 39%. Recordar-se que este rendimento provém, apenas, dos processos inerentes a todos os pedidos de prolongamento de licenciamento, para um período além da época balnear efetuados pelos apoios de praia.

De referir que, em 2021, foi transferida para a WeMob a gestão de 4 apoios de praias que, ainda, se encontravam com a APA.

8. AÇÃO FISCALIZADORA DA WeMob

Em 2021, no âmbito das medidas COVID-19, acima referidas, por decisão Camarária em articulação com a WeMob, a fiscalização atuou essencialmente nas situações que configurassem infração grave ou que comprometessem a mobilidade, o que se traduziu na obtenção de um rendimento inferior ao previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento.

A Administração da WeMob tem consciência, aliás manifestada em anteriores relatórios, da limitação de lugares de estacionamento à superfície, da necessidade de se encontrarem, em articulação com o Município, soluções que permitam aumentar a oferta de estacionamento e, sobretudo, do longo trabalho a fazer no que se refere à mobilidade, no Concelho, e em particular, em Almada. Tais factos não justificam, no entanto, que se instale o caos na cidade, no que ao estacionamento abusivo diz respeito, e que se promova uma cidade para os carros, e não para as pessoas. Apesar do respeito pela fruição pedonal ser um dever de todos, a verdade é que nem sempre isso acontece.

Reforça-se que as situações de estacionamento abusivo graves, nomeadamente, em lugares reservados a residentes, e em cima de passeios, impedindo a mobilidade das pessoas em geral, e em particular, de pessoas com mobilidade reduzida, continuam a ser uma realidade.

Salienta-se o importante papel da WeMob no ordenamento do estacionamento, e o trabalho dos seus agentes de fiscalização e de estacionamento que, diariamente, se empenham em garantir, dentro do possível, a mobilidade das pessoas, sobretudo, das menos jovens e das que são afetadas por uma mobilidade reduzida.

8.1. TAXAS E INFRAÇÕES

Em 2021, a WeMob manteve, no terreno, duas equipas de bloqueios atuando em situações de infração, nomeadamente, estacionamento em cima do passeio, em lugares de deficientes, e em lugares reservados, nomeadamente, a utentes portadores do dístico de residente.

O rendimento proveniente da aplicação de taxas de desbloqueio (Portaria nº 1424/2001, de 13 de dezembro) a viaturas em infração, situou-se nos 113.872 euros, revelando um desvio negativo, face ao orçamentado, de 65.328 euros e uma taxa de execução orçamental de 64%. A limitação das ações de bloqueio a situações constitutivas de infrações graves ou que prejudicassem, seriamente, a mobilidade, medida esta adotada no âmbito do agravamento da situação pandémica, como atrás foi referido, justifica boa parte do desvio negativo verificado.

No que se refere às taxas de remoção, geralmente aplicadas na sequência de uma ação de bloqueio, o rendimento foi de 55.440 euros, revelando um desvio orçamental negativo de 19.560 euros e uma taxa de execução orçamental de 74%. Decorrendo esta ação, geralmente, de uma ação de bloqueio, o rendimento obtido foi, naturalmente, também impactado, de forma negativa, pelas medidas adotadas, atrás mencionadas.

Em relação às Diárias, em média, as viaturas removidas permanecem, em parque, menos de 24 horas, ou seja, são normalmente, reclamadas pelos proprietários no próprio dia da remoção. O rendimento proveniente da aplicação desta taxa, cujo valor a pagar depende do número de dias em parque, foi de 16.824 euros, desviando-se negativamente do prospetivado em 676 euros e colocando a taxa de execução orçamental nos 96%.

As taxas de remoção e de diária, aplicam-se, também, a viaturas que se encontram na via pública apresentando sinais de abandono. Os rendimentos de, apenas, 2.124 euros, refletem o facto de esta área de atividade ter sido retomada, apenas em outubro, pelas razões explanadas no ponto 1. Gestão de Veículos em Fim de Vida. O desvio orçamental foi negativo em 23.076 euros e a taxa de execução orçamental foi de, apenas, 8%.

8.2 COIMAS

8.2.1 Cobrança Direta WeMob

Tratando-se de uma área atribuída à fiscalização, à semelhança de em outras ações relacionadas com esta área, também na aplicação de coimas a viaturas em infração, as medidas adotadas se refletiram no número de autos de contraordenação emitidos em 2021 (inferior ao registado em 2019).

O rendimento obtido de 569.312 euros, traduzindo um desvio positivo, face ao valor orçamentado, de 226.479 euros, e uma taxa de execução orçamental de 166%, justifica-se pela expedição de todos os processos de decisão relativos a autos de contraordenação, emitidos em 2019 e pela notificação de autos de 2020 que, em virtude da situação pandémica naquele ano, havia sido adiada, desde meados de 2020.

8.2.2 Cobrança ANSR

Continuam a persistir os problemas, inúmeras vezes identificados, e que têm comprometido no decurso do ano, a obtenção de receita por via da cobrança de autos (graves), efetuada pela ANSR e, posteriormente, transferida para a WeMob.

A limitação no acesso ao portal SIGA (para registo das contraordenações), bem como os constrangimentos na comunicação entre o programa de tratamento das CO (gIC) e a ANSR carecem, ainda, de resolução por parte desta última.

Em face do exposto, o montante resultante da cobrança de autos de contraordenação, por esta entidade, em 2021, foi de, apenas, 597 euros, representando, este valor, um desvio negativo no rendimento esperado, de 9.403 euros e uma taxa de execução orçamental de, 6%.

8.2.3 Decisão dos Autos de Contraordenação

Em 2021, a expedição de todos os processos de decisão relativos a autos de contraordenação, emitidos em 2019, permitiram um rendimento de 119.545 euros, valor este proveniente dos agravamentos aplicados e das inerentes custas de processo.

A ausência de histórico, no que se refere a esta nova competência da WeMob, aquando da construção do Plano de Atividades e Orçamento 2021, conduziu à orçamentação de valores mais elevados e menos ajustados à realidade, justificando o desvio orçamental negativo de 55.455 euros e a taxa de execução orçamental de 68%.

9. PARQUÍMETROS

Esta foi uma das áreas da fiscalização mais afetada, no que se refere à obtenção de receita, pelo facto de uma das medidas adotadas, no âmbito da pandemia, se ter traduzido na isenção de pagamento do estacionamento tarifado à superfície, atribuída aos portadores de dístico de residente, em Almada.

Por outro lado, o ordenamento do estacionamento e a garantia da necessária rotatividade do mesmo, exige uma fiscalização adequada e equipamentos operacionais que permitam, nomeadamente, o pagamento à distância, melhorando a comodidade do utilizador, e evitando atrasos na validação do título reduzindo, assim, o risco da aplicação de taxas.

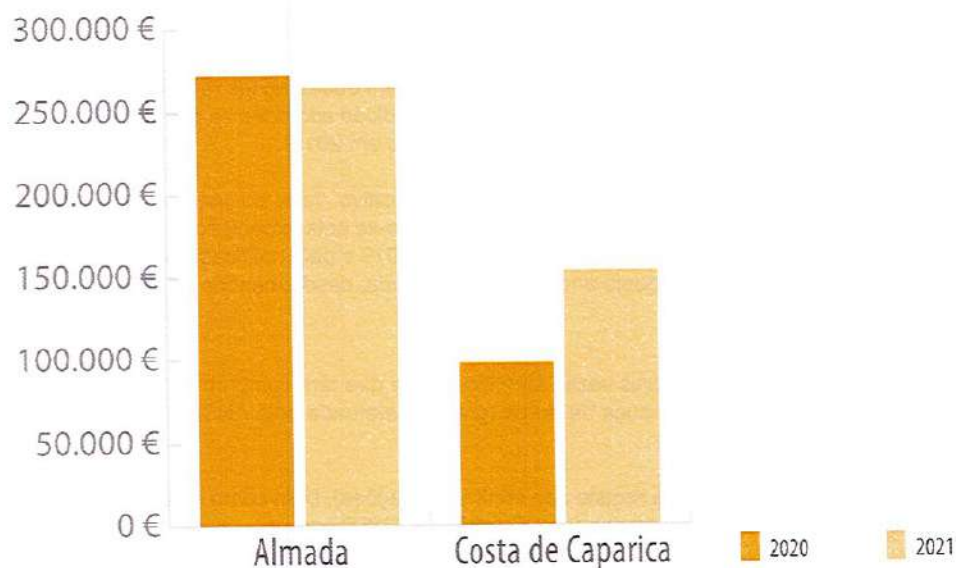
Assim, a par das medidas adotadas, a insuficiência de recursos humanos (agentes de estacionamento e agentes de fiscalização) e a limitação da WeMob, do ponto de vista económico-financeiro, para proceder à substituição dos 40 parquímetros, em Almada, que carecem de substituição, por se encontrarem obsoletos e sujeitos a avarias frequentes, justificam o rendimento a menos, face ao perspectivado, obtido com o estacionamento tarifado à superfície.

Como ponto positivo, destaca-se o recurso, pela primeira vez, ao aluguer de parquímetros para a Costa de Caparica, com manutenção incluída, com consequências na melhoria significativa do serviço prestado pela quebra, significativa, do número de avarias, por comparação a anos anteriores.

Em 2021, em Almada, o rendimento proveniente dos parquímetros foi de 263.042 euros, traduzindo um desvio negativo de 111.958 euros e uma taxa de execução orçamental de 70%.

Na Costa de Caparica, o recurso ao aluguer de parquímetros significou menos avarias e logo, mais rendimento. O rendimento obtido situou-se nos 152.969 euros, traduzindo um desvio positivo de 2.969 euros e uma taxa de execução orçamental de 102%.

Rendimentos Parquímetros 2020/ 2021



No que se refere à Compensação por Ocupação Indevida da via pública (COI), taxa aplicada no estacionamento tarifado à superfície sempre que, ou não haja evidência de que o estacionamento está a ser pago (título de estacionamento), ou o tempo de estacionamento tenha excedido o tempo pago, em Almada, as medidas

adotadas e a insuficiência de meios humanos para cobertura de todas as zonas tarifadas, refletem um rendimento de 14.516 euros, inferior ao previsto em 2.264 euros e uma taxa de execução orçamental de 87%. Na Costa de Caparica, o menor número de avarias nos equipamentos, pelo facto de se ter procedido ao aluguer de equipamentos, mais modernos, e por isso, menos propensos a atos de vandalismo, a par da contratação de agentes de estacionamento a afetar, sobretudo, à Costa de Caparica, justificam o rendimento de 38.089 euros, superior ao previsto em 13.889 euros, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 157%.

CAPITAL HUMANO

Numa época tão particular como a que se viveu entre 2020 e 2021 é relevante salientar a relevância dos trabalhadores no crescimento de uma empresa, a verdade é que nos anos de 2020 e 2021, os trabalhadores foram uma mais-valia para o equilíbrio da empresa.

Os anos de 2020 e 2021 foram anos desafiantes para trabalhadores e empregadores na medida em que obrigaram a uma completa reestruturação do trabalho, através da adoção de regimes, até então, subsidiários do trabalho presencial como o teletrabalho.

Apesar de ter surgido em Portugal em 2003, através da lei 99/2003 de 27 de agosto, a verdade é que é em 2020 que atinge a sua maior expressão – cerca de 15,6% da população empregada, resultante das medidas de confinamento decretadas em consequência da pandemia COVID-19.

Pode mesmo afirmar-se que, em 2020 foi o teletrabalho que permitiu o funcionamento das empresas e, necessariamente, da economia, situação que se voltou a verificar em 2021.

Na WeMob com exceção das tarefas de fiscalização os trabalhadores voltaram a estar afetos a esse regime até ao final do estado de emergência, mantendo-se essa possibilidade em trabalhadores cuja situação de saúde justifica a não permanência nas instalações da empresa.

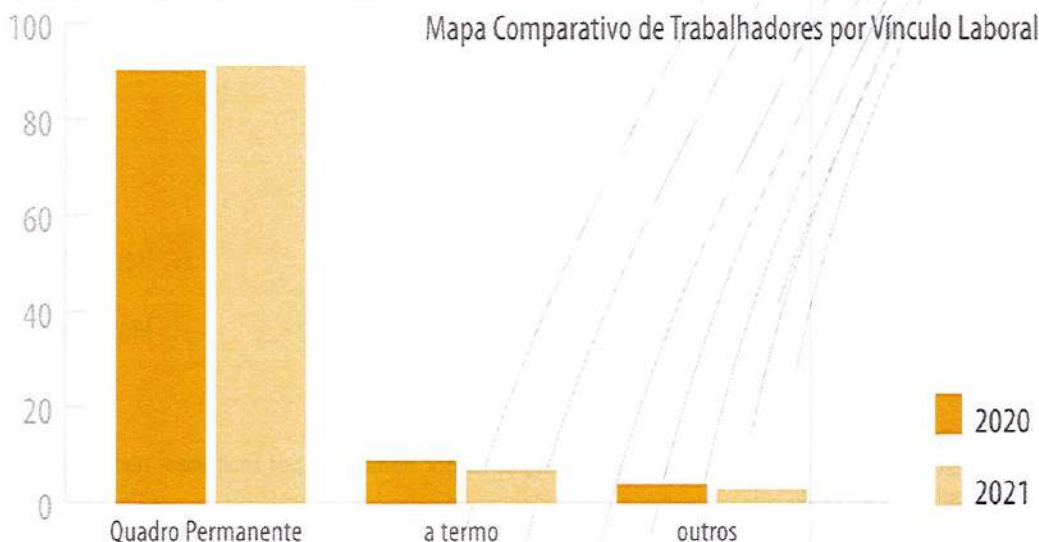
Mais uma vez em 2021 as empresas, e a WeMob não foi exceção, foram obrigadas a reorganizar a sua política de trabalho através da adoção de horários desfasados e da organização do trabalho em espelho, mitigando o número de pessoas presentes em simultâneo nas instalações e evitando aglomerações nos horários de entrada e saída.

Também o ano de 2021 manteve a necessidade da adoção de medidas de distanciamento social que, apesar de não serem novidade para os trabalhadores, não deixaram de trazer para os locais de trabalho um desafio social e laboral que ainda não terminou.

Desde março de 2020 que a empresa implementou, divulgou e fomentou todas as medidas de proteção, sempre com o objetivo de garantir a segurança de todos, não descurando, nunca, as consequências que tais alterações no trabalho tiveram e têm nas relações interpessoais, mas colocando sempre a segurança dos trabalhadores em primeiro lugar.

Tendo sido atingido o objetivo uma vez que não se verificou qualquer surto Covid 19 na população que constitui a empresa.

Relativamente ao mapa de pessoal, a WeMob encerra o ano de 2021 com 101 trabalhadores ao seu serviço, sendo o vínculo laboral dominante, indiscutivelmente, o contrato de trabalho sem termo, o que constitui uma garantia de segurança e estabilidade laboral.



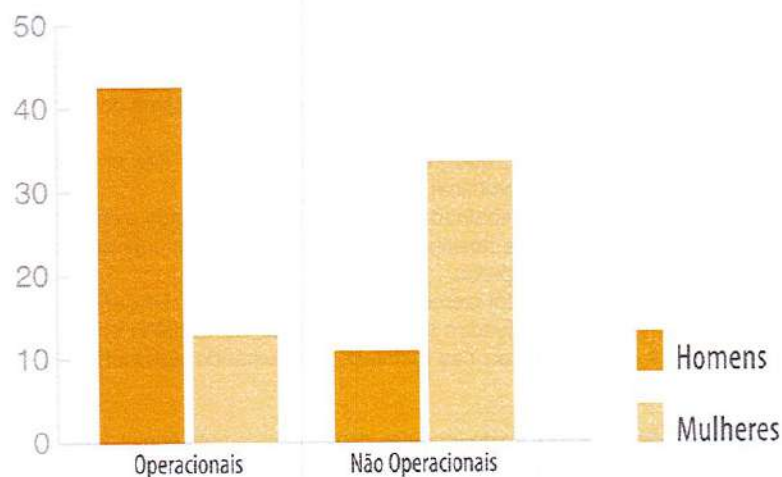
No final do ano de 2021 a empresa tinha 101 trabalhadores (inclui administração), 91 do quadro de pessoal permanente, 6 contratados a termo certo, 2 comissões de serviço e 1 nomeação.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DOS TRABALHADORES

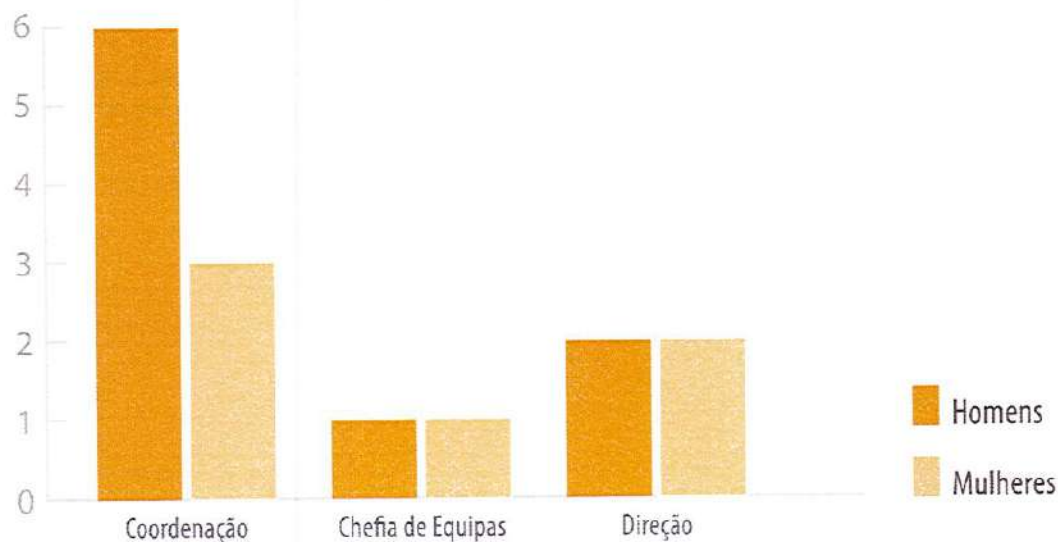
Podemos considerar que existe paridade de género na WeMob se considerarmos a existência de 54 homens e 47 mulheres.

Quanto às funções desempenhadas na empresa mantém-se a predominância de homens na área operacional – Parques, Flexibus, Fiscalização, Veículos em fim de Vida, Frota e Parquímetros – e de mulheres nas áreas não operacionais – Apoio Administrativo, Atendimento, Jurídicos e Contraordenações, Recursos Humanos e Contabilidade.

Distribuição de Trabalhadores por Género



Distribuição por Género nas Funções de Coordenação, Chefia e Direção

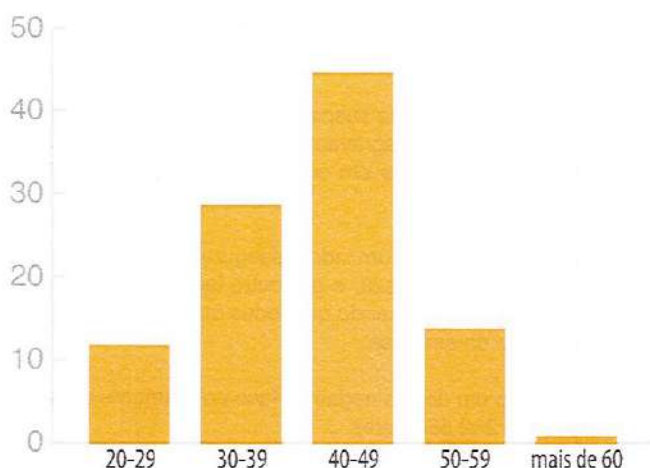


Na WeMob existe um equilíbrio entre os lugares ocupados por homens e por mulheres, nas funções de Chefia de Equipas e Direção.

Na carreira operacional predominam os homens e na não operacional as mulheres.

A Presidência do Conselho de Administração é exercida por uma mulher.

Estrutura Etária dos Trabalhadores



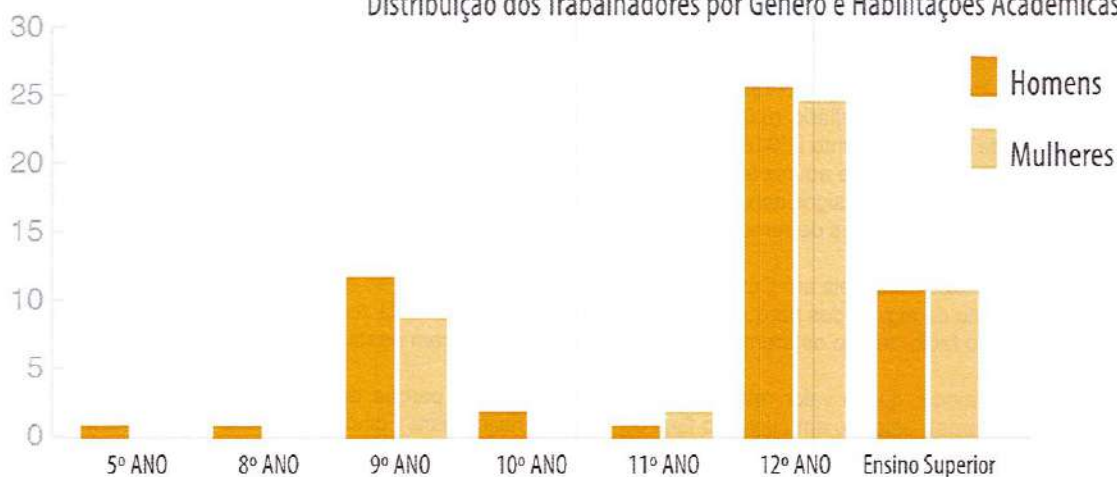
A WeMob tem trabalhadores entre os 21 e os 60 anos, estando a maioria dos trabalhadores na faixa etária dos 40 aos 49 anos.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Quanto às habilitações académicas dos trabalhadores no universo de 101 trabalhadores podemos verificar que a maioria dos trabalhadores tem o 12º ano, com expressão maior nas mulheres.

O 9º ano é a habilitação académica onde os homens têm maior expressão, e o ensino superior tem equivalência entre os dois géneros.

Distribuição dos Trabalhadores por Género e Habilitações Académicas



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Apesar da formação profissional ser, reconhecidamente, uma mais-valia para os trabalhadores com repercussão no bom funcionamento da empresa, a verdade é que 2021 foi um ano atípico na organização do trabalho que teve consequências nas ações de formação previstas.

- Em 2021 – foram dadas 67 horas de formação; ao contrário de anos anteriores a formação facultada aos trabalhadores abrangeu maioritariamente os trabalhadores das áreas administrativas e financeiras

ABSENTISMO

Em 2021, a taxa de absentismo na WeMob situou-se nos 16%, aproximadamente.

ACIDENTES DE TRABALHO

Podemos considerar que a empresa apresenta baixo índice de acidentes de trabalho, tendo em conta que em 2021 se verificaram 5 acidentes de trabalho.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1. INVESTIMENTO

A situação económico financeira delicada da WeMob, após um ano de suspensão das principais atividades da empresa, e o indiciar, logo no início de 2021, de uma situação de agravamento da pandemia, conduziu a um necessário planeamento/priorização dos investimentos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento.

No início de 2021, a empresa tinha, pela frente, mais um desafio: por um lado, assegurar o equilíbrio económico financeiro, num cenário, ainda, pandémico e de alguma incerteza, e por outro lado, gerir o plano de investimento integrado no Plano de Atividades e Orçamento, considerando que todos os itens que o compunham seriam fundamentais para um melhor funcionamento da empresa.

O investimento em 2021 totalizou 62.416 euros, traduzindo um desvio negativo, face ao montante orçamentado (325.000 euros), em sede de Plano de Atividades, de 262.584 euros.

O investimento em *Edifícios e Outras Construções* (9.745 euros), representando 16% do volume total de investimento, considera o valor relativo às obras no posto de atendimento ao público, em Cacilhas (2.795 euros), com o objetivo de melhorar a acústica do espaço, e separar o atendimento presencial, do atendimento telefónico, e a instalação de proteções para as caixas de pagamento nos parques da praia do Rei e da Costa de Caparica (6.950 euros) para atendimento ao público, no parque de estacionamento da praia do Rei. O investimento em *Equipamento Básico* (35.554 euros), significando 20% do investimento total efetuado, inclui a aquisição de bloqueadores (2.370 euros), para a fiscalização, a melhoria de instalações elétricas e rede de águas no parque de estacionamento da praia da Rainha (1.427 euros), a aquisição de leitores Multibanco para os parques Bento Gonçalves e Conde Ferreira (4.960 euros), a aquisição de uma máquina de pagamento para os parques da Costa de Caparica (11.950 euros), a reparação do portão do parque dos VFV (2.971 euros), instalação de alarmes nos parques da Costa de Caparica (2.728 euros) e outras conservações, na antiga sede da empresa, nomeadamente, nos novos balneários (9.150 euros). O investimento em *Equipamento de Transporte* (2.949 euros), relativo ao processo de legalização de uma viatura em fim de vida para a WeMob, representou 2% do valor total do investimento. O *Equipamento Administrativo* (9.138 euros) contribuiu com 5% para o montante global de investimento e dele faz parte a aquisição de estantes para arquivo e de outro mobiliário (6.678 euros), de discos rígidos para garantir o arquivo das gravações dos parques de estacionamento (1.310 euros), a aquisição de uma impressora para os autos de contraordenação e decisões (212 euros) e aquisição de portáteis (938 euros). Por último, o investimento efetuado em *Outros Ativos Fixos Tangíveis* significando 1% do total do investimento, refere-se à aquisição de equipamento necessário para as ações de remoção de veículos (1.258 euros).

Em Ativos Fixos Tangíveis em Curso, o valor de 3.771 euros, refere-se às obras de acessos às praias e ao ordenamento de alguns dos parques de estacionamento nas praias da zona não urbana da Costa de Caparica que, pelo facto de não estarem, ainda, concluídas permanecem nesta rubrica do ativo.

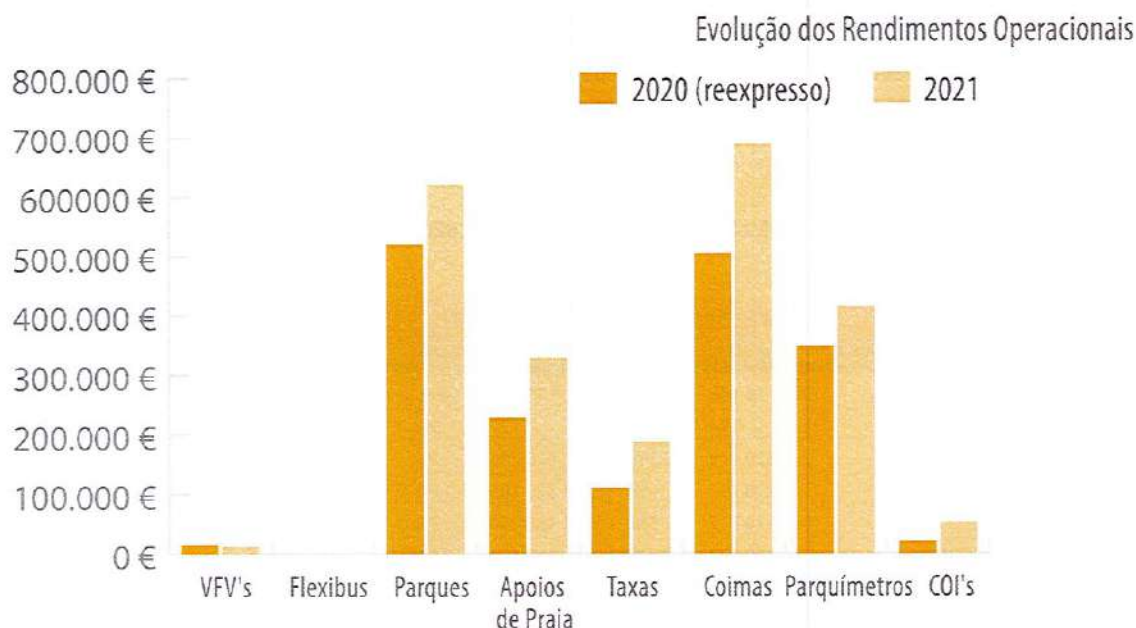
De referir, ainda, que o valor relativo às obras efetuadas no parque de estacionamento da praia do Rei (119.161 euros), estando em curso no final de 2020, transitou para Edifícios e Outras Construções, em 2021.

INVESTIMENTO	2021	Peso%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	62 416	100%
1. Edifícios e Outras Construções	9 745	15,61%
2. Equipamento Básico	35 554	56,96%
3. Equipamento de Transporte	2 949	4,72%
4. Equipamento Administrativo	9 138	14,64%
5. Outros Activos Fixos Tangíveis	1 258	2,02%
6. Activos Fixos Tangíveis em Curso	3 771	6,04%

2. RENDIMENTOS

O volume de negócios, em 2021, situou-se nos 2.309.559 euros espelhando um acréscimo de 32% (+563.668 euros), face ao ano de 2020, em resultado de uma evolução, ainda assim, mais favorável da situação pandémica, quando comparada com o ano de 2020. As vendas registaram um decréscimo de 16%, e a prestação de serviços, um acréscimo de 33%.

O gráfico abaixo é demonstrativo da evolução dos rendimentos operacionais, entre 2020 e 2021:



	VFV's*	Flexibus	Parques	Ap. Praia	Taxas	Coimas	Parquím.	COI
2021	13 792 €	27 €	620 226 €	329 185 €	188 260 €	689 454 €	416 011 €	52 605 €
2020 (reexpresso)	16 469 €	194 €	520 418 €	228 797 €	110 735 €	500 123 €	348 611 €	20.544 €

*VFV's - Vendas

Nota: em resultado da alteração na contabilização dos autos distribuídos pelas diferentes entidades, em 2021, e por forma a serem comparáveis os montantes, procedeu-se à reexpressão dos valores relativos ao ano de 2020, tanto nos Rendimentos (Coimas) como nos Gastos (*Fornecimentos e Serviços Externos*).

À exceção de nas vendas e no Flexibus, cujos rendimentos obtidos em 2021 foram inferiores, em 2.844 euros, ao verificado em 2020, pelos motivos atrás explanados, em todas as áreas de atividade da WeMob os rendimentos, em 2021, foram superiores aos obtidos em 2020.

Em 2021, o rendimento obtido na totalidade dos parques de estacionamento foi superior ao registado em 2020, em 99.808 euros (+19%). Para este acréscimo de rendimento contribuíram rendimentos superiores, face a 2020, nos parques de estacionamento subterrâneo (+31.242 euros), no parque de estacionamento Afonso Henriques (+7.596 euros), nos parques da Costa de Caparica (+ 12.533 euros), e nos parques das praias (+48.437 euros).

No que se refere aos Apoios de Praia, o rendimento foi superior em 100.388 euros em virtude da isenção, atribuída aos concessionários, durante o primeiro semestre de 2020, face à situação pandémica que se vivia.

Na globalidade das atividades, diretamente relacionadas com a fiscalização, o acréscimo de rendimento, face a 2020, totalizou 366.317 euros. O rendimento que proveio da aplicação de taxas (bloqueios, remoções e diárias) a viaturas em infração, representou 21% (+77.525 euros) do referido acréscimo, o que resultou da notificação de autos de contraordenação, processos de decisão dos mesmos e transferências da ANSR, significou 52% (+189.331 euros) do mesmo acréscimo, o obtido com o estacionamento tarifado à superfície (parquímetros) contribuiu com 18% (+67.400 euros) e, por último, o resultante da aplicação de taxas (COI) nos lugares tarifados, significou 9% (+32.061 euros) do acréscimo verificado.

Em 2021, o montante de subsídio à exploração atribuído à WeMob, através da celebração do Contrato Programa, entre a empresa e o Município, para financiamento de atividades deficitárias, foi de 499.000 euros, superior ao atribuído em 2020, em 70.000 euros, em virtude da inclusão naquele documento da área de atividade de Veículos em Fim de Vida.

Os subsídios à exploração atribuídos a cada uma das áreas de atividade cobriram parte dos défices de exploração registados: na Gestão e Exploração do Serviço de Mobilidade Inclusiva Flexibus, Almada e Pera, o défice de exploração foi de 67.869 euros, na Gestão e Exploração dos 5 parques de estacionamento subter-

râneo, situou-se nos 126.436 euros, no Parque de Estacionamento Afonso Henriques foi de 15.365 euros e, na Venda de Veículos em Fim de Vida atingiu os 124.410 euros. Os gastos tidos com a Gestão da Fiscalização do Estacionamento Reservado a Residentes situaram-se nos 458.940 euros (cerca de 30% dos gastos totais tidos com a atividade da fiscalização) e cobertos, em parte, pelo montante de subsídio à exploração atribuído a esta área da fiscalização.

3. ANÁLISE INTEGRADA

Os rendimentos globais da WeMob totalizaram, em 2021, 2.820.330 euros, traduzindo um acréscimo de 25%, face a 2020.

Evolução dos RENDIMENTOS OPERACIONAIS	Acum. Reexpresso/2020		Acum./2021		Δ 2021-2020 %
	Realizado	Peso %	Realizado	Peso %	
VFV (vendas)	16 469	0,73%	13 792	0,49%	-16%
Flexibus	194	0,01%	27	0%	-86%
Parques de Estacionamento	520 418	23%	620 226	22%	19%
Apoios de Praia	228 797	10%	329 185	12%	44%
Taxas e Infrações	110 735	5%	188 260	7%	70%
Coimas	500 123	22%	689 454	24%	38%
Parquímetros	348 611	15%	416 011	15%	19%
COI	20 544	1%	52 605	2%	156%
Trabalhos para a própria entidade	84 739	4%	0	0%	-100%
Reversões	0	0%	0	0%	-
Outros Rendimentos e Ganhos	4 532	0,20%	11 771	0%	160%
Subsídios à Exploração	417 345	19%	499 000	18%	20%
Total Rendimentos Operacionais	2 252 507	100%	2 820 330	100%	25%

No que se refere aos gastos, a necessária política de contenção dos mesmos, adotada desde agosto de 2020, prosseguiu em 2021, tendo presente o necessário equilíbrio económico financeiro da empresa num ano, ainda, particularmente, difícil.

O volume de gastos fixou-se nos 2.972.964 euros, inferior em 22.744 euros ao registado em 2020 (-0,76%).

De uma análise comparativa, face a 2020, e por rubricas, os *Fornecimentos e Serviços Externos* registaram um acréscimo de 10% (+71.258 euros), os *Gastos com Pessoal*, um decréscimo de 4% (-87.237 euros), e os outros gastos, um decréscimo de 4% (-6.766 euros).

Em detalhe, no que diz respeito aos *Fornecimentos e Serviços Externos*, e comparativamente com 2020:

:: os *Serviços Especializados*, registaram um montante inferior em 11.691 euros justificados, essencialmente, por gastos superiores em *Publicidade e Propaganda* (+19.723 euros), por via da alteração da imagem da empresa (adiada em 2020), em alguns dos parques de estacionamento e viaturas; em *Conservação e Reparação* (+19.345 euros) em resultado, sobretudo, de trabalhos de reparação/manutenção nos parques e em equipamento de transporte, nomeadamente, nos reboques afetos à fiscalização; em *Outros* (+17.736 euros) pela distribuição de valores relativos a um maior volume de autos de contraordenação devidos às diversas entidades, a saber, ANSR, Autoridade Tributária, GNR e PSP, e de gastos inferiores em *Trabalhos Especializados* (-49.594 euros) justificados por montantes inferiores registados em Estudos e Pareceres (-12.482 euros), em Gestão de Parquímetros (-7.541 euros), muito devido ao aluguer de parquímetros, com manutenção incluída, para a Costa de Caparica, em Serviço de Impressão de Autos (-18.087 euros), pelo facto de este serviço ter sido internalizado, em Organização de Eventos (-10.196 euros), e em *Vigilância e Segurança* (- 24.129 euros), por via da rescisão de um contrato de vigilância, em abril de 2020.

:: Em *Materiais* o gasto superior em 8.696 euros, justifica-se nomeadamente, pela aquisição de material para trabalhos de manutenção, nos parques da Costa de Caparica e praias da Rainha e do Rei, registado em *Ferramentas e Utensílios* (+5.595 euros) e pela aquisição de estantes para arquivo e material de escritório de uso comum, evidenciados em *Material de Escritório* (+4.748 euros).

:: Em *Serviços Diversos*, o gasto superior em 74.652 euros, resultou, por um lado, do arrendamento,

em outubro de 2021, do novo espaço para a área de atividade dos Veículos em Fim de Vida, e do aluguer de parquímetros para a Costa de Caparica, durante a época balnear, registados em *Rendas e Alugueres* (+22.132 euros), e por outro lado, de um maior número de autos expedidos (em 2020, a expedição de autos havia sido suspensa, devido à pandemia), com impacto em *Comunicações* (+39.218 euros) e em *Contencioso e Notariado* (+10.051 euros).

No que se refere aos *Gastos Com Pessoal*, a reestruturação da empresa levada a cabo a partir de agosto de 2020, em virtude da situação pandémica, da frágil situação económico-financeira da empresa e de uma incerteza face ao futuro, próximo, explica a quebra nos gastos tidos, em 2021, sobretudo, em *Remunerações* (-48.929 euros) e *Encargos Sociais* (-14.737 euros). Um menor número de acidentes de trabalho e uma estimativa de gastos com fardamento superior às necessidades que, efetivamente, se vieram a verificar, respondem por gastos inferiores em *Seguro de Acidentes de Trabalho e Fardamento* em 9.151 euros e 11.562 euros, respetivamente.

Evolução da estrutura de GASTOS	Acum. Reexpresso/ 2020		Acum./ 2021		Δ 2021-2020
	Realizado	Peso %	Realizado	Peso %	%
Fornecimentos e serviços externos	706 202	24%	777 460	26%	10%
Gastos com pessoal	2 116 073	71%	2 028 836	68%	-4%
Gastos de depreciação e de amortização	121 831	4%	143 457	5%	18%
Provisões	11 650	0,39%	0	0%	-100%
Outros gastos e perdas	31 382	1%	13 613	0,46%	-57%
Gastos e perdas de financiamento	8 570	0,29%	9 597	0,32%	12%
Total Gastos	2 995 708	100%	2 972 964	100%	-1%

No que se refere ao cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 62º da Lei 50 de 31 de agosto de 2012:

- :: As vendas e prestações de serviços, no valor de 2.309.359 euros, cobriram em 78%, os gastos totais fixados em 2.972.964 euros;
- :: O peso contributivo dos subsídios à exploração, no valor total de 499.000 euros, nos rendimentos foi de 18%, aproximadamente;
- :: O valor do EBITDA (resultado operacional) foi positivo em 420 euros;
- :: O resultado líquido, antes de impostos, foi negativo em 152.634 euros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Ressalva-se o impacto da pandemia e das medidas, atrás explanadas, em alguns momentos do ano de 2021, na execução orçamental das atividades relacionadas com a fiscalização, na área dos Veículos em Fim de Vida, e na execução das obras em cinco das sete praias, cuja exploração dos parques de estacionamento se encontrava prevista em sede de Plano de Atividades e Orçamento.

Assim, o volume de negócios totalizando 2.309.559 euros, traduziu um desvio negativo de 335.299 euros e uma taxa de execução orçamental de 87%.

O rendimento de 13.792 euros, obtido com a venda de *Veículos em Fim de Vida* situou o desvio orçamental nos 46.208 euros, negativos, e a taxa de execução orçamental nos 23%. Ainda em relação a esta área de atividade, o rendimento obtido com a aplicação de taxas (remoções e diárias), sempre que o proprietário procede à reclamação da viatura, após a remoção da mesma, foi de 2.124 euros traduzindo um desvio orçamental negativo de 23.076 euros e uma taxa de execução de 8%.

Nos parques de estacionamento, o rendimento global foi de 620.226 euros, refletindo um desvio orçamental negativo de 225.004 euros, em resultado de rendimentos acima do prospetivado: nos parques de estacionamento subterrâneo (+25.797 euros), situando a taxa de execução orçamental nos 109%, no parque de estacionamento Afonso Henriques (+8.635 euros) traduzindo uma taxa de execução orçamental de 124%, nos parques da Costa de Caparica (+24.573 euros), colocando a mesma taxa nos 131% e de rendimentos abaixo do orçamentado nos parques das praias, cujo rendimento global de 164.741 euros, traduz um desvio orçamental negativo em 284.009 euros e uma taxa de 37%, impactados pela não abertura dos parques das praias da Morena, Sereia, Infante, Nova Vaga e Bela Vista, cujo rendimento previsto se situava nos 289.200 euros. De referir, contudo, que os parques de estacionamento das praias da Rainha e do Rei obtiveram, em

conjunto, um rendimento 164.741 euros, revelando um desvio orçamental positivo de 5.191 euros e uma taxa de execução orçamental de 103%.

Nos Apoios de Praia, o desvio orçamental negativo em 18.080 euros, traduzindo uma taxa de execução orçamental de 95%, justifica-se por uma orçamentação excessiva dos rendimentos que proviriam das ZAB's. Já no que se refere às rendas cobradas aos concessionários dos Apoios de Praia (Urbanos e Não Urbanos), o rendimento de 318.082 euros traduziu uma taxa de execução orçamental de 100%.

No que se refere às atividades da fiscalização, diretamente, condicionadas pelas isenções atribuídas, no estacionamento tarifado à superfície (*Parquímetros e COI*), e pela suspensão das ações de bloqueios e remoções (*Taxas*), o rendimento situou-se nos 654.752 euros, revelando um desvio negativo de 182.928 euros, e uma taxa de execução orçamental de 78%. Nas Coimas, e apesar da atuação mais branda da WeMob, no início do ano, o rendimento superior ao previsto de 161.621 euros justifica-se, sobretudo, e como atrás foi referido, pela expedição não só de autos de contraordenação (de 2020), cujo envio para os infratores havia sido suspenso naquele ano, pela situação difícil em que muitas famílias se encontrariam, mas também de todas os processos de decisão relativos a autos de contraordenação emitidos em 2019 (registados em WeMob – Cobrança Direta). A taxa de execução orçamental das Coimas situou-se nos 131%.

O quadro abaixo evidencia o peso contributivo de cada uma das áreas de atividade da WeMob para o total dos rendimentos próprios:

ÁREAS DE ACTIVIDADE	RENDIMENTOS	PESO CONTRIBUTIVO
VFV (vendas)	13 792	1%
Flexibus	27	0%
Parques de Estacionamento	620 226	27%
Apoios de Praia	329 185	14%
Taxas e Infrações	188 260	8%
Coimas	689 454	30%
Parquímetros	416 011	18%
COI	52 605	2%
Total Rendimentos Oper.	2 309 559	100%

No que diz respeito aos gastos, a um total de 2.972.964 euros, correspondeu uma 'economia' de 155.116 euros e uma taxa de execução orçamental de 95%. Por rubricas, os *Fornecimentos e Serviços Externos* registando um montante de 777.460 euros, traduziram gastos a menos, face ao orçamentado, de 89.303 euros situando a taxa de execução orçamental nos 90%; nos *Gastos com Pessoal*, a um montante de 2.028.836 euros corresponderam gastos a mais em 40.558 euros, justificados pela necessária contratação de recursos humanos, não contemplada na sua totalidade, em sede de Orçamento 2021 com implicação, apenas, nos gastos decorrentes de remunerações (+70.337 euros) e respetivos encargos sociais (+7.722 euros), em concreto: a admissão de pessoal administrativo e de um maior número de Operadores de Parque, em virtude da decisão de se proceder à abertura de um posto de atendimento na Costa de Caparica e da confirmação da abertura do parque de estacionamento da praia do Rei; a necessidade de se prorrogarem os contratos de trabalho a termo certo de dois administrativos para o posto atendimento, em Almada, por um período adicional de dois meses, por forma a recuperar trabalho administrativo, em atraso e, por último, a contratação de Agentes de Estacionamento, em número superior ao previsto em sede de Orçamento, por se entender necessário o reforço da equipa para a concretização do trabalho de fiscalização, a levar a cabo, em Almada e na Costa de Caparica. Por último, os acordos de rescisão em relação a trabalhadores com benefícios, a curto prazo, para a empresa. Ainda no que se refere a esta natureza de gastos, os montantes orçamentados para *Fardamento e Formação*, acabando por não se revelar necessários, permitiram uma 'economia' de 25.046 euros. A taxa de execução global nos *Gastos com Pessoal* situou-se nos 102%. Nos outros gastos, a um total de 166.667 euros correspondeu uma 'poupança' de 106.375 euros, sobretudo, pelo facto de não ter sido possível a execução total do plano de investimentos 2021, e uma taxa de execução orçamental de 61%.

A WeMob encerra o ano de 2021 com um resultado líquido (antes de impostos), negativo, em 152.634 euros, desviando-se do resultado previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento para o mesmo ano em 171.912 euros.

FACTOS RELEVANTES

O ano de 2021, fica marcado pela evolução da situação pandémica, e consequentemente, face ao clima de incerteza que se foi vivendo, ao longo do ano, por uma gestão assente na contenção de gastos, nomeadamente, ao nível dos investimentos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, com vista ao cumprimento rigoroso das obrigações da empresa, nomeadamente, para com os seus trabalhadores, Estado e fornecedores, e ao desejado equilíbrio económico financeiro da empresa.

A WeMob, em 2021, continuou a fomentar medidas de proteção tendo fornecido o equipamento de proteção, mantido as medidas de distanciamento social, e recorrendo ao teletrabalho, em algumas situações de trabalhadores com problemas de saúde.

EVENTOS SUBSEQUENTES

No início do ano de 2022, a WeMob estava, ainda, condicionada na sua atuação, enquanto entidade reguladora do estacionamento, em virtude do agravamento da situação pandémica, no início de dezembro de 2021 e da resolução aprovada em Conselho de Ministros introduzindo um conjunto de novas restrições, forçando o Município de Almada, em articulação com a WeMob a adotar um conjunto de medidas, em tudo idênticas às que haviam sido tomadas no início do ano de 2021 e que se estenderam até ao dia 9 de janeiro de 2022.

A impossibilidade da execução das obras nos parques de estacionamento das praias, no primeiro trimestre, previstas em sede de orçamento para 2022, e para as quais está orçamentado um rendimento de 139.200 euros, e a incerteza em relação à sua abertura, no dia 1 de junho de 2022, tem conduzido, neste início de ano à continuidade da política de contenção de gastos que tem vindo a ser adotada, sobretudo, nos últimos dois anos.

PERSPETIVAS PARA 2022

Em 2022, mantendo-se uma evolução favorável, no que diz respeito à pandemia, a empresa estará focada na mobilidade, no ambiente e na criação de mais ofertas de estacionamento.

A WeMob terá como objetivos prioritários um forte investimento no Serviço de Mobilidade Inclusiva *Flexibus*, dotando-o dos meios humanos e técnicos que permitam uma melhoria, substancial, do serviço garantindo a cobertura das duas rotas (Almada e Pera) e a frequência necessária; na área dos *Veículos em Fim de Vida*, mantendo uma equipa dedicada a esta área e os meios adequados para que seja possível retirarem-se da via pública os veículos com sinais de abandono, com benefícios para o ambiente e permitindo libertar lugares de estacionamento à superfície.

A empresa mantém, a expectativa de, em articulação com o Município, proceder à recuperação e ordenação do estacionamento em parques, já existentes, ao ar livre.

Em 2022, e no que ao estacionamento diz respeito, a WeMob prevê, em articulação com o Município, a elaboração de um planeamento para a implementação, faseada, no Novo Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação na Via Pública de Almada.

No que se refere à proximidade com o utente e a uma melhoria significativa do atendimento ao público, pretende-se que 2022 seja o ano da transição para o digital, por exemplo, através do desenvolvimento do site da empresa permitindo uma interação com o utente, evitando deslocações à empresa.

Em 2022, a WeMob pretende ser capaz de levar a cabo, em articulação, com a Câmara Municipal de Almada, campanhas de sensibilização, não só em relação a estacionamento abusivo, mas também, no que se refere ao uso, muitas vezes, desadequado do automóvel, focando-se nas questões ambientais, e divulgando o serviço de Veículos em Fim de Vida.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o artigo 66º da Código das Sociedades Comerciais, tendo em conta o Resultado Líquido apurado, no final do exercício de 2021, no montante de 156.394,50 euros (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro euros e cinquenta centimos), negativos, propõe-se que o acionista único - Município de Almada – delibere aprovar:

1. A transferência integral do Resultado Líquido apurado, ou seja, 156.394,50 euros (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro mil e cinquenta centimos), negativos, para a conta de Resultados Transitados.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Os membros do Conselho de Administração não detêm quaisquer ações da Sociedade, sendo o Município de Almada detentor de 100% do Capital Social da Sociedade.

A WeMob não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhe foram concedidos quaisquer empréstimos.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal e sector privado.

Não existem dívidas em mora perante a segurança social

Houve a continuidade do Contrato Programa 2021, celebrado entre o Município de Almada e a WeMob.

A fixação de preços praticados, no estacionamento tarifado à superfície e nos parques de estacionamento está sujeita às orientações do Município de Almada; os valores relativos às taxas de remoção, bloqueio e depósito são fixados por Portaria (Portaria 1424/2001, alterada pela portaria 1334-F/2010); os valores das coimas aplicadas constam do Código da Estrada.

O rendimento proveniente da venda de Veículos em Fim de Vida varia em função do valor da tonelada do ferro.

No que respeita às atividades cuja sustentabilidade não é garantida, em virtude de os rendimentos gerados serem inferiores aos gastos, pelo fato da adoção de políticas condicionadas por fatores de ordem social – Parques subterrâneos e Flexibus – bem como Gestão de Veículos em Fim de Vida e a Gestão e Fiscalização dos lugares de residentes, não tarifados, estão parcialmente cobertas pelo Contrato-Programa 2021, estabelecido entre o Município de Almada e a WeMob.

Nota Final

O ano de 2021 foi um ano de transição, onde ainda esteve presente o impacto da pandemia em vários sectores de atividade da empresa, foi nomeado novo Conselho de Administração a 6 de dezembro, por motivos de eleições autárquicas (26 de setembro), tendo-se denotado de uma forma geral uma melhoria significativa dos resultados financeiros da empresa em 2021 relativamente ao ano de 2020.

Se em 2020 encerrou-se o ano com um resultado antes de impostos, negativo, em 743.201 euros afastando-se do resultado previsto em Plano de Atividades e Orçamento em 756.989 euros. Já em 2021 encerrou-se o ano com um resultado antes de impostos, negativo, em 152 634 euros afastando-se do resultado previsto em Plano de Atividades e Orçamento em 171 912 euros.

Se em 2020 o desvio orçamental verificado no resultado (antes de impostos), resultou de rendimentos inferiores ao previsto, em 1.606.766 euros e de gastos igualmente inferiores ao esperado, em 849.777 euros. Já em 2021 o desvio orçamental verificado no resultado (antes de impostos), resultou de rendimentos inferiores ao previsto, em 327 028 euros e de gastos igualmente inferiores ao esperado, em 155 116 euros.

As receitas próprias totalizaram, 2.309.559 euros, revelando um desvio negativo, face ao orçamentado, de 335.299 euros, refletindo uma taxa de execução orçamental de 87%. O rendimento a menos registado nas áreas de atividade afetadas, diretamente, pelas medidas adotadas, isto é, taxas, parquímetros e COI, foi de 22%, aproximadamente.

Registou-se à semelhança do ano anterior a celebração de um contrato programa entre a WeMob e a CMA atribuindo um valor total Subsídio à Exploração (deficitária) de 499.000 euros, distribuídos pelas áreas de atividade da seguinte forma: Flexibus – 58.000 euros; Parques CMA – 126.000 euros; Parque Afonso Henriques – 15.000 euros, VEV – 70 000 euros e Gestão e Fiscalização dos Lugares Reservados a Residentes - 230.000 euros.

Houve necessidade, durante 2021, de assegurar que a quebra de receita nas atividades da WeMob, e a situação de desvio financeiro sentido, não afetava o cumprimento das suas obrigações para com a população e para com os próprios trabalhadores, mantendo uma estratégia de reequilíbrio financeiro da empresa, já iniciada em 2020. Foi previsto um controle financeiro mensal, com a implementação de relatórios de acompanhamento orçamental e de informação económico – financeira e com informação financeira detalhada que sustentassem de forma mais consciente a tomada de decisões na empresa, visando o bom cumprimento dos serviços de interesse geral legalmente determinados à empresa. Numa ótica de acompanhamento da empresa foram cumpridos os prazos de envio de relatórios financeiros ao acionista único, Câmara Municipal de Almada.

O desvio financeiro existente teve sem dúvida como maior fator a continuação dos efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus, que exigiram a implementação de medidas de legislação de confinamento obrigatórias, de recolhimento geral da população, limitação de circulação entre concelhos, encerramento e suspensão de todas as atividades letivas de todos os níveis de ensino, de medidas de obrigatoriedade do teletrabalho, bem como o despacho da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada para a isenção do pagamento de tarifas de estacionamento, em zonas tarifadas com parquímetros, aos titulares de dístico de residente, a par da suspensão das ações de remoção e bloqueio que não constituíssem infração grave ou prejudicassem, seriamente, a mobilidade. Estas medidas de benefício da população, mas de restrição à mobilidade, impactaram novamente vários sectores de atividade da empresa e consequentemente constatou-se uma diminuição da receita. Refira-se ainda a impossibilidade de utilizar a garagem dos Veículos em Fim de Vida no primeiro semestre de 2021 e o adiamento das obras de ordenamento do estacionamento pago nas restantes praias da frente não urbana da Costa de Caparica, as praias da Morena, Sereia, Infante, Nova Vaga e Bela Vista, afetou também a arrecadação de receita prevista em Plano de Atividades e Orçamento de 2021.

Tendo em consideração o desvio financeiro presente já no primeiro semestre, foi tomada decisão de contenção de gastos, adiando-se alguns dos investimentos previstos em sede do Plano de Atividades para 2022. Foi feita uma reformulação dos investimentos a realizar em 2021 nos termos das necessidades mais prementes para a empresa para garantir a realização dos seus serviços públicos, alinhando-os numa estratégia de equilíbrio financeiro, mas não descurando as necessidades de modernização da empresa.

Ao nível de 2021 destaca-se o investimento necessário à melhoria dos serviços prestados, nomeadamente a abertura do parque de estacionamento da praia do Rei, a instalação do posto de atendimento e de um parque de rebocados durante a época balnear na Costa de Caparica, o reforço de agentes de estacionamento (6), a priorização do serviço de Flexibus em Pera, a introdução de novos meios de pagamento em vários parques de estacionamento, o desenvolvimento informático necessário à interligação da via verde, bem como o início de desenvolvimento de software para emissão de dísticos de residentes e a retoma de atividade dos Veículos em Fim de Vida.

Sendo certo que a pandemia afetou os anos de 2020 e 2021, não possibilitou, pelos factos relatados, e à semelhança de tantas empresas deste sector, a execução e a obtenção dos resultados previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, tendo-se constatado um impacto COVID, traduzindo uma quebra nos rendimentos de cerca de 22%, face ao orçamentado, nas atividades diretamente afetadas pelas medidas adotadas em consequência da situação pandémica. Desta forma parte do investimento previsto para 2021 terá que ser realizado de uma forma ponderada em 2022, tendo sempre como horizonte final a garantia do serviço prestado e o equilíbrio económico financeiro da empresa, na retoma da atividade da empresa. Apesar da situação de incerteza que ainda hoje vivemos, a WeMob tudo fará para levar a cabo a retoma da sua atividade em 2022, sendo que só poderá ser feita com o empenho dos trabalhadores da empresa, para que Almada possa usufruir de um serviço de qualidade, que sem dúvida merece.

Durante 2021 e apesar de todas as dificuldades sentidas, a empresa desenvolveu a sua atividade tão importante de serviço de transporte público Flexibus com um objetivo de serviço às populações mais fragilizadas e menos servidas de transportes, bem como reiniciou a atividade de remoção de veículos em fim de vida tendo em vista a melhoria ambiental, e mais recentemente, a consolidação das novas áreas de competência como a gestão do litoral.

Não esquecendo que com a sua atuação, a WeMob pretendeu sempre a melhoria das condições de mobilidade, garantindo um correto estacionamento e a implementação de diferentes soluções de estacionamento para quem vive, trabalha ou, simplesmente, visita Almada.

Almada, 11 de abril, de 2022

O Conselho de Administração


Luísa Ferreira
|Presidente Executiva|


Filipe Pacheco


Hélio Anjos

	ORÇ.	EXEC.	TL. EXEC.
RENDIMENTOS	3 147 358	2 820 330	90%
Vendas	60 000	13 792	23%
Prestações de Serviços	2 584 858	2 295 767	89%
Serviço de Mobilidade Inclusiva - FLEXIBUS	1 650	27	2%
Parques	845 230	620 226	73%
CMA	280 000	305 797	109%
- Avenças	251 604	269 081	107%
- Rotativos	28 396	36 716	129%
Bento Gonçalves	72 177	71 521	99%
- Avenças	59 430	55 006	93%
- Rotativos	12 746	16 515	130%
Laranjeiro	41 753	52 298	125%
- Avenças	41 550	52 066	125%
- Rotativos	203	232	114%
Lulisa Sigela	62 228	64 214	103%
- Avenças	61 035	62 929	103%
- Rotativos	1 193	1 285	108%
Conde Ferreira	65 747	72 158	110%
- Avenças	61 382	67 699	110%
- Rotativos	4 365	4 458	102%
Capitão Leão	38 095	45 607	120%
- Avenças	28 206	31 380	111%
- Rotativos	9 889	14 227	144%
Afonso Henriques	36 000	44 635	124%
- Avenças	7 921	7 981	101%
- Rotativos	27 931	36 654	131%
- Lavagens	148	0	0%
Costa Caparica parque	80 480	105 053	131%
- Avenças		112	
- Rotativos	80 480	104 940	130%
Praias	448 750	164 741	37%
Rei	53 850	54 450	101%
Rainha	105 700	110 291	104%
Morena	69 600	0	0%
Sereia	69 600	0	0%
Infante	69 600	0	0%
Nova Vaga	51 200	0	0%
Bela Vista	29 200	0	0%
Apoios de Praia	347 265	329 185	95%
Urbanos	208 458	208 054	100%
Não Urbanos (TRH)	110 027	110 028	100%
ZAB	28 780	10 557	37%
Outras taxas		546	
Taxas Infracções	271 700	186 136	69%
Bloqueios	179 200	113 872	64%
Remoções	75 000	55 440	74%
Díarias	17 500	16 824	96%
Taxas Infracções - VVV's	25 200	2 124	8%
Remoções	11 592	900	8%
Díarias	13 608	1 224	9%
Colinas	527 833	689 454	131%
Wemob - Cobrança Directa	342 833	569 312	166%
ANSR - % transferida	10 000	597	6%
Decisão autos/Autos externos/Emolumentos	175 000	119 545	68%
Parquímetros com título	525 000	416 011	79%
Parquímetros Almada	375 000	263 042	70%
Parquímetros Costa Caparica	150 000	152 969	102%
Parquímetros sem título	40 980	52 605	128%
COI Almada	16 780	14 516	87%
COI Costa Caparica	24 200	38 089	157%
Subsídios à exploração	499 000	499 000	100%
Flexibus	58 000	58 000	100%
Parques CMA	126 000	126 000	100%
Parque Av AH	15 000	15 000	100%
Residentes	230 000	230 000	100%
VVV	70 000	70 000	100%
Reversões			
Outros rendimentos e ganhos	3 500	11 771	336%
GASTOS	3 128 080	2 972 964	95%
Forcedimentos e Serv Externos	866 763	777 460	90%
Serviços Especializados	352 628	313 717	89%
Trabalhos Especializados	192 628	136 149	71%
Publicidade e Propaganda	15 000	20 105	134%
Vigilância e Segurança	20 000	8 931	45%
Honorários	10 000	15 400	154%
Comissões Via Verde	30 000	25 417	85%
Conservação e Reparação	75 000	34 490	46%
Outros	10 000	73 226	732%
Materiais	75 800	30 365	40%
Ferramentas e Utensílios	37 500	12 336	33%
Livros e Documentação Técnica	1 000	843	84%
Material de Escritório	29 000	12 484	43%
Artigos para Oferta	6 300	4 191	67%
Outros	2 000	512	26%
Energia e Fluidos	85 595	77 522	91%
Electricidade	46 095	50 664	110%
Combustíveis	35 000	22 766	65%
Água	4 500	4 092	91%
Deslocações, Estadas e Transportes	5 000	1 529	31%
Serviços Diversos	347 740	354 328	102%
Rendas e Aluguéis	89 260	107 828	121%
Comunicações	200 000	191 708	96%
Seguros	18 000	17 586	98%
Contencioso e Notariado	18 000	19 276	107%
Despesas de Representação	2 500	153	6%
Limpeza, Higiene e Conforto	19 980	17 776	89%
Outros Serviços			
Gastos com Pessoal	1 988 278	2 028 836	102%
Órgãos Sociais	60 688	60 709	100%
Remunerações	49 262	49 198	100%
Encargos Sociais	11 426	11 511	101%
Pessoal	1 860 500	1 926 983	104%
Remunerações	1 470 000	1 540 337	105%
Encargos Sociais	320 000	327 722	102%
Seg. Acidentes de Trab.	26 500	23 597	89%
Gastos Acção Social	44 000	35 328	80%
Outros Gastos c/ Pessoal	67 090	41 144	61%
Fardamento	24 000	10 002	42%
Formação	15 000	3 952	26%
Credenciação - Agentes Fiscalização	1 500	600	40%
ACSS	26 590	26 591	100%
Gastos depreciação amort	227 807	143 457	63%
Outros gastos e perdas	30 232	13 613	45%
Gastos perdas financiamento	15 000	9 597	64%
RESULTADO (antes de IRC)	19 278	-152 634	

Mapa de Rendimentos e Gastos :: 2021

O Conselho de Administração

Luís C. Pereira -

Luís C. Pereira

Presidente Executivo

Filipe Pacheco

Hélio Anjos

Contabilista Certificada

Ana Cristina Páscoa

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

Administração

Ações detidas em 01-01-2021

	Quantidade
Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração)	0
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração)	0
Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração)	0

Ações adquiridas no exercício

Nada a referir

Ações vendidas no exercício

Nada a referir

Ações detidas em 31-12-2021

Ana Luísa Lima Ferreira (Presidente do Conselho de Administração)	0
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (Vogal do Conselho de Administração)	0
Hélio Jorge Ferreira dos Anjos (Vogal do Conselho de Administração)	0

Restantes Órgãos

De resto, nem o Fiscal Único, nem o Fiscal Suplente, nem os demais administradores da Sociedade, foram titulares, durante todo o exercício de 2021, de quaisquer ações representativas do Capital Social da Sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos números 2 e 3 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2021 e até à presente data, a Sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

Almada, 11 de abril de 2022

O Conselho de Administração


Luísa Ferreira
[Presidente Executiva]


Filipe Pacheco


Hélio Anjos

RELATÓRIO &
CONTAS 2021

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS e ANEXO

Balanço Individual - 31 de Dezembro de 2021

UM: Euros

RUBRICAS	Notas	31. dez. 2021	31. dez. 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 267 567,51	1 353 496,68
Ativos Intangíveis	7	51 971,25	43 797,17
Participações financeiras (outros métodos)	5	997,60	997,60
Outros Investimentos financeiros	5	20 390,23	15 532,91
Subtotal		1 340 926,59	1 413 824,36
Ativo corrente			
Clientes	8	7 905,27	0,00
Estado e outros entes públicos	10	5 832,50	40 800,11
Outros créditos a receber	11	251 740,64	273 493,93
Diferimentos	12	31 642,30	52 195,76
Caixa e depósitos bancários	4	57 387,44	254 480,76
Subtotal		354 508,15	620 970,56
Total do ativo		1 695 434,74	2 034 794,92
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	1 150 000,00	1 150 000,00
Reservas Legais	13	22 456,29	46 714,18
Outras reservas	13	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	13	(8 486,29)	(55 146,32)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13,18	13 318,72	2 155,34
Subtotal		1 182 695,92	1 149 130,40
Resultado líquido do período	13	(156 394,50)	(748 675,13)
Total do capital próprio		1 026 301,42	400 455,27
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	11 650,00	11 650,00
Financiamentos Obtidos	9,15	20 091,00	37 081,07
Subtotal		31 741,00	48 731,07
Passivo corrente			
Fornecedores	16	90 053,89	184 421,67
Adiantamentos de clientes		0,00	300,00
Estado e outros entes públicos	10	68 243,68	59 267,65
Financiamentos obtidos	9,15	162 988,63	1 016 777,71
Outras dívidas a pagar	11	278 922,67	296 077,52
Diferimentos	12	37 183,45	28 764,03
Subtotal		637 392,32	1 585 608,58
Total do passivo		669 133,32	1 634 339,65
Total do capital próprio e do passivo		1 695 434,74	2 034 794,92

Contabilista Certificada

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UM: Euros				
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020	Reexpresso
Vendas e serviços prestados	17	2 309 559,08	1 745 890,97	
Subsídios à exploração	18,23	499 000,00	417 344,88	
Trabalhos para a própria entidade		0,00	84 738,82	
Fornecimentos e serviços externos	19	(777 460,34)	(706 201,93)	
Gastos com pessoal	20	(2 028 836,37)	(2 116 072,84)	
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	(11 650,00)	
Outros rendimentos	18,21	11 770,91	4 532,05	
Outros gastos	21	(13 613,31)	(31 381,96)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		419,97	(612 800,01)	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,7	(143 456,77)	(121 830,77)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(143 036,80)	(734 630,78)	
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	
Juros e gastos similares suportados	21	(9 596,84)	(8 570,07)	
Resultado antes de impostos		(152 633,64)	(743 200,85)	
Impostos sobre o rendimento do período	22	(3 760,86)	(5 474,28)	
Resultado líquido do período		(156 394,50)	(748 675,13)	

Contabilista Certificada

André

Conselho de Administração

Xusé Filipe
Filipe Almeida
Helio Anjo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UM: Euros

	Notas	2021	2020
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2 517 736,62	1 735 461,61
Pagamentos a fornecedores		-1 051 539,01	-993 097,64
Pagamentos ao pessoal		-1 919 273,57	-2 042 205,39
Caixa gerada pelas operações		-453 075,96	-1 299 841,42
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-4 759,76	-2 782,69
Outros recebimentos / pagamentos		-77 992,61	151 522,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-535 828,33	-1 151 101,84
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-29 638,29	-163 356,29
Activos intangíveis		-17 712,00	
Investimentos financeiros		-6 266,39	
Outros activos			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos financeiros		2 648,83	863,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-50 967,85	-162 492,75
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1 251 333,67	1 200 470,74
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		771 077,27	
Outras operações de financiamento		499 000,00	429 000,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-2 124 986,36	-309 747,38
Juros e custos similares		-6 721,72	-8 570,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		389 702,86	1 311 153,29
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-197 093,32	-2 441,30
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	4	254 480,76	256 922,06
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	4	57 387,44	254 480,76

Contabilista Certificada

Ana Siqueira

Conselho de Administração

Luís Filipe -
Alfonso Mendonça
Hélio Araújo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Período findo em 2020

UM: Euros

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	* AVCP	** RLP	Total do C. Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2020	12	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	1 876,68	3 232,95	24 257,89	1 207 231,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
Alterações de políticas contabilísticas								-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-
Realização do excedente de revalorização de activos								-
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								-
Ajustamentos por impostos diferidos	13					(1 386,00)		(1 386,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13		24 257,89		(57 023,00)	308,39	(24 257,89)	(56 714,61)
	7	-	24 257,89	-	(57 023,00)	(1 077,61)	(24 257,89)	(58 100,61)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(748 675,13)	(748 675,13)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	24 257,89	-	(57 023,00)	(1 077,61)	(772 933,02)	(806 775,74)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital	13							-
Realizações de prémios de emissão								-
Distribuições								-
Entradas para cobertura de perdas								-
Outras operações								-
		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2020	11=6+7+8+10	1 150 000,00	46 714,18	5 407,20	(55 146,32)	2 155,34	(748 675,13)	400 455,27

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Período findo em 2021

UM: Euros

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	* AVCP	** RLP	Total do C. Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2021	13	1 150 000,00	46 714,18	5 407,20	(55 146,32)	2 155,34	(748 675,13)	400 455,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
Alterações de políticas contabilísticas								-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-
Realização do excedente de revalorização de activos	13					14 358,04		14 358,04
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								-
Ajustamentos por impostos diferidos	13					(3 194,66)		(3 194,66)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13		(24 257,89)		(724 417,24)		748 675,13	-
	7	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	748 675,13	11 163,38
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(156 394,50)	(156 394,50)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	592 280,63	(145 231,12)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								-
Realizações de prémios de emissão								-
Distribuições								-
Entradas para cobertura de perdas	13				771 077,27			771 077,27
Outras operações								-
		-	-	-	771 077,27	-	-	771 077,27
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2021	11=6+7+8+10	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(8 486,29)	13 318,72	(156 394,50)	1 026 301,42

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

Contabilista Certificada
Angela Sousa

Conselho de Administração
Luís Pereira
Helena Araújo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(montante expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A WEMOB, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal, em que o seu único acionista é o Município de Almada.

É dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), pela Lei Comercial, pelos respetivos estatutos e subsidiariamente pelo regime constante do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (regime do setor empresarial do Estado), sem prejuízo das normas imperativas nestas previstas.

A empresa tem por objeto:

. a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

. a prestação de serviços de interesse geral de gestão e fiscalização de resíduos, higiene, imagem e limpeza urbana.

. o objeto social compreende, ainda, o exercício das seguintes atividades:

- a) Promoção, Gestão do Estacionamento Público Urbano, incluindo a Construção, Gestão, Exploração, Manutenção de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, em conformidade com as leis, regulamentos e deliberações dos órgãos municipais;
- b) Fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar relacionada com o estacionamento público, incluindo a instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviária nessa matéria;
- c) Exploração direta de parques de estacionamento públicos;
- d) Prestação de serviços de apoio conexos com o sistema de mobilidade, tais como o controlo do acesso a vias pedonais e vias de acesso condicionado e a vigilância de túneis;
- e) Promoção, prestação e gestão do transporte público de passageiros de âmbito local ou municipal;
- f) Gestão e operação de produtos partilhados de mobilidade;
- g) Construção, exploração e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à mobilidade urbana e de produção de energia elétrica, incluindo a sua distribuição, bem como a exploração dos serviços associados a meios de transporte utilizadores de energias alternativas;
- h) Execução de intervenções de iniciativa municipal relacionadas com a mobilidade urbana;
 - i) Promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento e de mobilidade e acessibilidade urbanas, novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento.
 - j) Prestação de serviços de logística urbana;
- k) Gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza, higiene e imagem urbana, incluindo a instrução e decisão dos respetivos processos de contraordenação;
- l) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, nomeadamente licenciar e autorizar infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis bem como as infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares;
- m) Desenvolvimento e exploração dos meios técnicos necessários para a otimização da gestão do estacionamento, incluindo o que se refere à logística urbana;
- n) Desenvolvimento e exploração de soluções de mobilidade de transportes específicos, nomeadamente no âmbito dos veículos elétricos, de serviço de transporte escolar, de cariz social ou para pessoas com mobilidade reduzida ou em áreas não cobertas pela rede de transportes coletivos da cidade, bem como os que se referem a serviços de transporte complementar ao transporte individual;
- o) Desenvolvimento de experiências-piloto no âmbito da aplicação de novas tecnologias, no contexto das suas atividades;
- p) Fiscalização e direção da execução das intervenções a seu cargo, bem como a execução de todos os contratos de que seja parte;
- q) Administrar o domínio público e privado do Município de Almada que lhe seja afeto para a prossecução das suas atribuições;
- r) Conservação e manutenção do seu património;

- s) Aquisição e alienação dos bens, equipamentos e direitos a eles relativos e contratar os serviços necessários à prossecução do seu objeto, bem como proceder à organização e atualização do respetivo cadastro;
- t) Formação para profissionais na área do estacionamento, mobilidade e gestão de sistemas de apoio à mobilidade urbana;
- u) Apoio, organização e gestão de eventos visando a promoção da mobilidade urbana.

. a localização das zonas de intervenção e dos parques de estacionamento municipais caberá à WEMOB após autorização da Câmara Municipal de Almada, sendo que o Município de Almada afetará os terrenos, caso os detenha, bem como todos os direitos de usufruto sobre o respetivo subsolo à WEMOB, devendo esta por si promover a sua construção e funcionamento.

. no âmbito do seu objeto social contém-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida (VFV).

. para prossecução do seu objeto e, em particular o descrito no número anterior, a WEMOB manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

. a WEMOB poderá ainda exercer todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Almada ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.

. na prossecução das atividades que integram o seu objeto social, a WEMOB poderá estabelecer acordos de cooperação empresarial e prestação de serviços com empresas congéneres de cidades em território nacional ou em países terceiros, com as quais existam protocolos de cooperação ou acordos de gemação celebrados pelo Município de Almada, assim contribuindo para apoiar instrumentalmente essa cooperação nacional ou internacional do Município com base na sua experiência acumulada de serviço local e testando soluções a aplicar para a sua atividade local.

A Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Aprovado pelo DL 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo DL 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos e com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo e são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos". Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo, sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Wemob

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não são totalmente comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras, por força da alteração de contabilização da distribuição dos autos de contraordenação: graves emitidos pela WEMOB a entregar à ANSR (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária) e AT (Autoridade Tributária) e os autos externos emitidos pela PSP E GNR. Esta situação impacta nas comparabilidades dos réditos e gastos do exercício, acrescendo a ambos a percentagem que tem de ser paga àquelas entidades. Ao nível dos resultados operacionais e líquido as presentes demonstrações financeiras são comparáveis.

Com a demonstração financeira abaixo reexpressa as demonstrações financeiras são totalmente comparáveis.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	UM: Euros		UM: Euros
		2021	2020. Reexpresso	2020
Vendas e serviços prestados	17	2 309 559,08	1 745 890,97	1 715 948,55
Subsídios à exploração	18,23	499 000,00	417 344,88	417 344,88
Trabalhos para a própria entidade		0,00	84 738,82	84 738,82
Fornecimentos e serviços externos	19	(777 460,34)	(706 201,93)	(676 259,51)
Gastos com pessoal	20	(2 028 836,37)	(2 116 072,84)	(2 116 072,84)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(11 650,00)	(11 650,00)
Outros rendimentos	18,21	11 770,91	4 532,05	4 532,05
Outros gastos	21	(13 613,31)	(31 381,96)	(31 381,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		419,97	(612 800,01)	(612 800,01)

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são seguinte:

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas uteis estimadas:

CLASSE DE BENS	ANOS VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

3.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.3. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações) como rendimentos do período durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

3.4. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A WEMOB encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,25%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme o disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.5. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

3.6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez.

3.7. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões, consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associadas à obrigação.

As provisões são sujeitas a uma revisão anualmente e de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

3.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são mensurados ao custo e são mensurados no passivo, sendo expressos no passivo corrente e não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir direito de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos 12 meses após a data de balanço, sendo, nestes casos, classificados como passivo não corrente.

3.9. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.10. RÉDITO E REGIME DE ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido quando estes são validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

3.11. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela WEMOB é mensurada ao custo de aquisição.

3.12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no exercício.

Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

2- 
Wemob

3.13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são refletidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras, se materiais. Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

3.14. IMPARIDADE DE ATIVOS

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Se o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

3.15. CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas em capital próprio. Os custos diretamente alocados à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução líquida de impostos ao valor recebido resultante dessa emissão. Os custos diretamente atribuídos à emissão de novas ações ou opções ou para aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição como parte do valor de compra.

3.16. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e os gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento, existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, bem como o método de depreciação a aplicar; análises de imparidade, nomeadamente de créditos; provisões; estimativa de imposto e estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Comparando os exercícios findos 31-12-2020 e em 31-12-2021, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, apresenta o seguinte detalhe:

Designação	31.dez.2021	31.dez.2020
Caixa	40 672,57	45 658,44
Depósitos à ordem	16 714,87	208 822,32
	57 387,44	254 480,76

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Investimentos financeiros

Nesta rubrica inclui, em parte, a participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada por parte da WEMOB, sendo esta detentora de 0.38% (997,60€).

Wemob

Os investimentos financeiros são, ainda, compostos pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) no valor de 20 390,23 €. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, o valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, a dezembro 2021 e dezembro de 2020, foi o seguinte:

Ativo Bruto

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2019	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021
Edifícios e outras construções	199 561,81	11 774,44	-	63 680,37	275 016,62	9 744,73	-	119 160,74	403 922,09
Equipamento básico	1 367 876,27	74 732,00	-	-	1 442 608,27	35 554,42	18 690,00	-	1 459 472,69
Equipamento de transporte	114 772,25	67 750,00	-	-	182 522,25	2 949,49	9 000,00	-	176 471,74
Equipamento administrativo	263 893,63	17 689,59	-	-	281 583,22	9 138,20	-	-	290 721,42
Activos fixos tangíveis em curso	627 568,85	227 156,36	-	(63 680,37)	791 044,84	3 771,27	-	(124 275,12)	670 540,99
Outros activos fixos tangíveis	39 907,63	878,61	-	-	40 786,24	1 257,95	-	-	42 044,19
	2 613 580,44	399 981,00	-	-	3 013 561,44	62 416,06	27 690,00	(5 114,38)	3 043 173,12

Depreciações Acumuladas

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2019	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021
Edifícios e outras construções	182 298,93	12 535,36	-	-	194 834,29	25 230,89	-	-	220 065,18
Equipamento básico	1 012 117,11	71 106,89	-	-	1 083 224,00	75 528,31	18 690,00	-	1 140 062,31
Equipamento de transporte	95 780,76	14 683,29	-	-	110 464,05	17 898,33	9 000,00	-	119 362,38
Equipamento administrativo	226 294,40	17 119,93	-	-	243 414,33	18 595,16	-	-	262 009,49
Outros activos fixos tangíveis	23 009,00	5 119,09	-	-	28 128,09	5 978,16	-	-	34 106,25
	1 539 500,20	120 564,56	-	-	1 660 064,76	143 230,85	27 690,00	-	1 775 605,61

ATIVO LIQUIDO

1 074 080,24

1 353 496,68

1 267 567,51

A rubrica de edifícios e outras construções considera investimento efetuado nos parques de estacionamento da praia do Rei e Costa de Caparica. Registou-se a contabilização de transferência de verba que se encontrava em Ativo Fixo Tangível em Curso relativa a obra já concluída nos acessos e parque de estacionamento da Praia do Rei. Em equipamento básico destacam-se as aquisições de máquina de pagamento automático para o parque de estacionamento da Costa de Caparica e bloqueadores para a área de fiscalização. A redução registada nesta rubrica refere-se ao abate de parquímetros obsoletos/avariados/inoperacionais adquiridos em 2009.

Na rubrica equipamento de transporte regista-se a aquisição de viatura em 2ª mão para a frota da empresa e a diminuição relevada na rubrica de equipamento de transporte refere-se ao desconhecimento do ativo – pesado de passageiros QR-82-51 - 1989-08-07, adquirido aos Bombeiros Voluntários, em 2015, que se encontrava danificado e sem uso.

Adquiriu-se, no ano 2021, portáteis e outro equipamento informático e mobiliário de escritório que estão registados na rubrica equipamento administrativo.

Os aumentos registados em outros ativos fixos tangíveis, refletem a aquisição macacos de rodas.

Está considerado com ativo em curso as obras nos acessos às praias.

7. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, no final do período de 2021 e o período de 2020, foi o seguinte:

Wemob t.

Ativo Bruto

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2019	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2020	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021
Programas de computador	4 249,04	-	-		4 249,04	-	-	-	4 249,04
Projectos desenvolvimento	4 597,20	-	-	(2 315,00)	2 282,20	-	-	-	2 282,20
Ativos intangíveis em curso	9 200,00	32 056,25	-	2 315,00	43 571,25	8 400,00	-	-	51 971,25
	18 046,24	32 056,25	-	-	50 102,49	8 400,00	-	-	58 502,49

Depreciações Acumuladas

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2019	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2020	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021
Programas de computador	3 707,73	494,49			4 202,22	46,82	-	-	4 249,04
Projectos desenvolvimento	1 331,38	771,72			2 103,10	179,10	-	-	2 282,20
	5 039,11	1 266,21	-	-	6 305,32	225,92	-	-	6 531,24
ATIVO LIQUIDO	13 007,13				43 797,17				51 971,25

Está considerado com ativo intangível em curso as obras nos acessos às praias o desenvolvimento em programa de contraordenações.

8. Clientes

A 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Clientes, registava saldo no valor de 7 905,27€ relativo à contrapartida financeira do mês de dezembro dos Apoios de Praia Urbanos.

9. Locações

A empresa detém contrato em regime de locação - uma viatura pesada de passageiro – Minibus – com um valor contratual no montante de 67 750,00 €, periodicidade de 48 meses (início a 13.03.2020) à taxa nominal de 1,25% com livrança subscrita pelo locatário.

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2021, registava um valor em dívida de 37 079,63 €.

Anos	Amortização anual	
2022	16 988,63	Financiamento corrente
2023	17 202,19	Financiamento não corrente
2024	2 888,81	

10. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

UM: Euros

	31.dez.2021		31.dez.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimento pessoas coletivas				
PPC (pagamentos por conta) e PEC (pagamentos especiais por conta)	5 832,50	-	9 249,20	-
Estimativa de imposto	-	3 760,86	-	5 474,28
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	11 805,48	-	14 137,00
Imposto sobre o rendimento profissionais	-	-	9,20	-
Imposto sobre prediais	-	1 625,00	-	1 562,50
Imposto sobre o valor acrescentado	-	10 909,13	29 446,48	-
Contribuição para a Segurança Social	-	39 627,85	2 095,23	37 548,89
Outras tributações - FCT e FGCT	-	515,36	-	544,98
TOTAL	5 832,50	68 243,68	40 800,11	59 267,65

Em observação da legislação em vigor, informamos que a Empresa apresenta a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária, assim como a situação contributiva perante a Segurança Social.

11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na rubrica Outros Créditos a Receber foi o seguinte:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Operações com o pessoal	1 610,29	1 839,22
Devedores por acréscimo de rendimentos	199 489,99	151 861,16
Outros Devedores	47 443,40	116 046,40
Fornecedores (saldos devedores)	3 196,96	3 747,15
	251 740,64	273 493,93

Em operações com o pessoal está considerado o valor de seguro de saúde, pago antecipadamente pela empresa, relativo a cônjuges e filhos de trabalhadores.

A rubrica Devedores por Acréscimo de Rendimentos inclui o acréscimo do valor relativo à TRH – Taxa de Resíduos Hídricos, dos apoios de praia não urbanos (125 564,59 €), o valor ainda a receber de acréscimo de coimas/autos de contraordenação, emitidos em 2021 que se encontram ainda por receber (73 925,40 €). Na rubrica Outros Devedores estão incluídos os valores em trânsito relativo a fiscalização, parquímetros e via verde.

A rubrica outras Dívidas a Pagar tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Operações com o pessoal	1 873,33	0,28
Fornecedores de investimentos	-	7 380,00
Credores por acréscimos de gastos	258 932,60	247 455,28
Outros Credores	18 116,74	41 241,96
	278 922,67	296 077,52

A rubrica Credores por Acréscimos de Gastos inclui, o valor das estimativas de remunerações, referentes a férias e subsídio de férias e subsídio de natal, e acréscimo de gastos correntes.

No valor indicado na rubrica Outros Credores está incluído valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, no valor de 3 811,46 €, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada e ao Fundo de Eficiência Energética. O subsídio ao investimento recaiu sobre ativos tangíveis com vida útil definida.

12. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo forma como se segue:

Diferimentos (Ativo)	31.dez.2021	31.dez.2020
Seguros pagos antecipadamente	14 190,29	15 208,84
Assistência técnica	7 303,51	6 733,84
Outros gastos a reconhecer	10 148,50	30 253,08
	31 642,30	52 195,76
Diferimentos (Passivo)	31.dez.2021	31.dez.2020
Rendimentos a reconhecer	37 183,45	28 764,03
	37 183,45	28 764,03

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer inclui: o pagamento da renda das instalações sitas na Av. 25 de abril de 1974 referente ao mês de janeiro e fevereiro de 2022, gastos de serviços de vigilância e gastos anuais com Certificação Digital dos agentes de fiscalização, entre outros.

A rubrica Rendimentos a Reconhecer, inclui o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento relativo a avenças do ano 2022 e o valor de Contrato Programa 2020 que ainda se encontram por reembolsar ao Município (referente ao Flexibus).

13. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado no montante de 1 150 000,00€, sendo representado por 1 150 000 ações com valor nominal de 1,00€ cada.

Os estatutos da WEMOB estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

O capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Capital realizado	1 150 000,00	1 150 000,00
Reservas Legais	22 456,29	46 714,18
Outras reservas	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	(8 486,29)	(55 146,32)
Outras variações no capital próprio	13 318,72	2 155,34
Resultado líquido do exercício	(156 394,50)	(748 675,13)
	1 026 301,42	400 455,27

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

Foi reconhecido, em sede de Resultados Transitados o montante relativo ao Resultado líquido do exercício de 2020.

Na rubrica "Ajustamentos/Outras variações no capital próprio" estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento, em ativos fixos tangíveis, financiados em anos anteriores pelo Município de Almada e o valor de Fundo de Eficiência Energética.

14. Provisões

Mantém-se registado o valor de 11 650,00€ de provisão para indemnizações por processos constituídos contra a empresa que ainda não têm sentença determinada.

15. Financiamentos Obtidos

No decorrer do exercício de 2021, a empresa liquidou um dos empréstimos no valor de 1 000 000,00 €. Nesta rubrica estão incluídos valores de contas correntes para fazer face a despesas de tesouraria.

	31.dez.2021		31.dez.2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários		146 000,00		1 000 000,00
Outros - Locação	20 091,00	16 988,63	37 081,07	16 777,71

16. Fornecedores

A 31 de dezembro 2021 e a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Fornecedores, registava os seguintes saldos:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	55 209,74	47 200,72
Saldos vencidos (31-60 dias)	34 844,15	137 220,95
	90 053,89	184 421,67

17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, é detalhado conforme se segue:

	31.dez.2021	31.dez.2020.Reexpresso	31.dez.2020
Venda de bens	13 791,94	16 468,70	16 468,70
Veiculos em fim de vida	13 791,94	16 468,70	16 468,70
Prestação de serviços	2 295 767,14	1 729 422,27	1 699 479,85
Parquímetros/Parques	1 036 236,84	889 572,71	889 572,71
Fiscalização	930 318,41	610 858,14	580 915,72
Flexibus	26,83	194,33	194,33
Apoios de praias	329 185,06	228 797,09	228 797,09
2 309 559,08	1 745 890,97	1 715 948,55	

18. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

UM: Euros

	Balço		Demonstração de resultados			
	Capital próprio		* Imp. Subs. Investimentos		Subsídios à exploração	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Subsídios relacionados com activos	13 318,72	2 155,34	8 133,44	1 386,00	-	-
Subs P/ Investimentos	13 318,72	2 155,34	8 133,44	1 386,00		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	499 000,00	417 344,88
Parques CMA					126 000,00	126 000,00
Parque Afonso Henriques					15 000,00	15 000,00
Flexibus					58 000,00	46 344,88
Residentes					230 000,00	230 000,00
Veiculos em Fim de Vida					70 000,00	-
	13 318,72	2 155,34	8 133,44	1 386,00	499 000,00	417 344,88

* Imputação de subsídios para investimentos

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e a 31 de dezembro de 2020, foi o seguinte:

	31.dez.2021	31.dez.2020 . Reexpresso	31.dez.2020
Serviços especializados	313 717,22	325 408,44	295 466,02
Trabalhos especializados	136 148,71	185 742,76	185 742,76
Publicidade e propaganda	20 105,01	382,28	382,28
Vigilância e segurança	8 931,00	33 060,23	33 060,23
Honorários	15 400,00	12 240,84	12 240,84
Conservação e reparação	34 489,69	15 144,91	15 144,91
Serviços bancários	16 306,78	13 854,41	13 854,41
Outros	82 336,03	64 983,01	35 040,59
Materiais	30 365,02	21 669,68	21 669,68
Ferramentas e utensílios	12 335,80	6 741,21	6 741,21
Livros e documentação técnica	359,95	506,04	506,04
Material de escritório	12 966,53	7 736,45	7 736,45
Artigos para oferta	4 190,75	3 704,98	3 704,98
Cartões parques	511,99	2 981,00	2 981,00
Energia e fluidos	77 521,63	73 679,08	73 679,08
Eletricidade	50 663,63	42 423,27	42 423,27
Combustíveis	22 766,17	26 277,35	26 277,35
Água	4 091,83	4 978,46	4 978,46
Deslocações, estadas e transp.	1 528,68	5 768,91	5 768,91
Serviços diversos	354 327,79	279 675,82	279 675,82
Rendas e alugueres	107 828,35	85 695,65	85 695,65
Comunicação	191 708,00	152 489,72	152 489,72
Seguros	17 586,45	17 165,44	17 165,44
Contencioso e notariado	19 276,24	9 225,19	9 225,19
Despesas de representação	153,05	969,79	969,79
Limpeza, higiene e conforto	17 775,70	14 112,03	14 112,03
Outros	-	18,00	18,00
	777 460,34	706 201,93	676 259,51

A oscilação nas subcontas de serviços especializados deve-se, essencialmente, a: eliminação dos serviços externos de impressão de autos de contraordenação que passaram a ser efetuado com recursos humanos internos; cessação dos contratos vigilância dos parques de estacionamento; conservação e reparação de viaturas da frota, parquímetros e geradores parques e, em outros estão relevados os valores de coimas a distribuir a entidades externas (ANSR, AT, PSP e GNR).

Em materiais, estão incluídas aquisições de ferramentas e utensílios diversos para as praias do Rei, Rainha e Costa de Caparica e material de escritório de uso comum.

O aumento registado nas subcontas de serviços diversos é justificado por: novo contrato de arrendamento de espaço destinado a estacionamento de viaturas em fim de vida e atualização anual de renda das instalações da Av. 25 de Abril de 1974; aluguer de equipamentos (parquímetros) implantados na Costa de Caparica, durante a época balnear; pelo aumento de expedição via CTT de autos de contraordenação para os infratores ao código da estrada e consequentemente aumento de consultas ao site do IRN e a contratação de prestação de serviços de limpeza a entidade externa.

20. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com Pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Remunerações Órgãos Sociais	49 197,99	61 432,96
Remunerações do pessoal	1 544 288,66	1 582 061,18
Encargos sobre Remunerações	339 051,70	353 533,94
Seguro Acidentes Trabalho	23 596,55	32 747,89
Outros gastos com Pessoal	72 701,47	86 296,87
	2 028 836,37	2 116 072,84

	31.dez.2021	31.dez.2020
Benefício de curto prazo (*)	2 000 631,42	2 087 072,30
Outros benefícios (**)	28 204,95	29 000,54
	2 028 836,37	2 116 072,84

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, seguros de acidentes de trabalho, gastos acção social, fardamento, formação, serviços SHST, ACSS-SNS

(**) Seguro de vida e saúde

	2021
Número médio de trabalhadores	108

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

A repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Conselho de Administração (*)	49 197,99	61 432,96
Fiscal Único (**)	9 000,00	8 400,00
	58 197,99	69 832,96

(*) Valor relevado em Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, o Presidente remunerado.

(**) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

21. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica Outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	443,05	926,56
Imputação de subsídios p/ investimentos	8 133,44	1 386,00
Mais-valia de alienação Ativos fixos tangíveis	786,00	-
Reembolso de sinistros	-	1 750,00
Excesso de estimativa para impostos	714,52	-
Outros rendimentos e ganhos	1 693,90	469,49
	11 770,91	4 532,05

Os Outros gastos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Impostos	5 412,92	10 297,67
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	5,85
Outros gastos	8 200,39	21 078,44
Correções relativas a períodos anteriores	2 278,60	10 610,54
Donativos concedidos	138,00	5 489,39
Outros gastos e perdas	5 783,79	4 978,51
	13 613,31	31 381,96
Gastos e perdas de financiamento	9 596,84	8 570,07

Na rubrica outros gastos estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas. Nos juros suportados estão incluídos juros, comissões e imposto de selo de financiamento, relativo ao empréstimo bancário e leasing.

22. Imposto sobre o rendimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	31.dez.2021	31.dez.2020
Imposto corrente	3 760,86	5 474,28
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	31.dez.2021	31.dez.2020
Resultados Antes de Impostos	(152 633,64)	(743 200,85)
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	2 278,60	10 610,54
Multas, coimas, juros compensatórios	4 480,72	2 892,88
Outros acréscimos ao rendimento tributável	3 416,70	2 550,70
Outros decréscimos ao rendimento tributável	714,52	-
	(143 172,14)	(727 146,73)
Reporte de prejuízos fiscais	-	-
Artº 41-A EBF	-	-
Matéria Coletável	-	-
Impostos à taxa em vigor		
Tributação Autónoma	3 760,86	5 474,28
Derrama	-	-
Outros	-	-
IRC estimado para o exercício	3 760,86	5 474,28
Prejuízo para efeitos fiscais/Lucro Tributável	(146 933,00)	(732 621,01)

23. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a WEMOB e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Em 2021, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração. Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos parques de estacionamento e aquisição, por parte dos SMAS, de avenças de estacionamento nos parques de estacionamento sítos na Av. Bento Gonçalves e na Rua Capitão Leitão.

Transações	31.dez.2021	31.dez.2020
SMAS		
. Abastecimento de Água	4 280,52	4 773,55
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	3 804,88	4 390,24
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	499 000,00	417 344,88
. Venda de títulos Flexibus	-	24,39
. Aferição metrológica parquímetros	1 971,14	1 705,02
. Inspeção de elevadores parques estacionamento	374,70	416,04
. Desconto para ACSS/SNS	26 590,56	26 590,56
Saldos	31.dez.2021	31.dez.2020
SMAS		
. Abastecimento de Água	196,93	515,03
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	-	(300,00)
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração - CP 2020	11 655,12	11 655,12

24. Passivos Contingentes

À data da elaboração do presente documento, está pendente uma ação judicial intentada contra a WeMob (Proc. 296/21.4T8CDR), que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, Juízo Competência Genérica de Castro Daire, no valor de 21.409,24 euros, e uma Contraordenação levantada pela ASAE - NUICO 517/21.3ECLSB, na qual é imputada a prática de não remessa do original do livro de reclamações à entidade competente dentro do prazo legalmente estabelecido, cujo valor da decisão final se situará entre os 22.500,00 euros e os 225.000,00 euros.

Considera-se, num e noutro caso, tratar-se de Passivos Contingentes uma vez que a condenação da WeMob é, ainda, uma probabilidade e, caso se verifique a condenação, não existem certezas, quanto ao momento e quanto aos montantes.

25. Eventos subsequentes

No início do ano de 2022, a WeMob esteve condicionada na sua atuação, como entidade reguladora do estacionamento, em virtude do agravamento da situação pandémica e da resolução aprovada em Conselho de Ministros introduzindo um conjunto de novas restrições, forçando o Município de Almada, em articulação com a WeMob a adotar um conjunto de medidas, em tudo idênticas às que haviam sido tomadas no início do ano de 2021 e que se estenderam até ao dia 9 de janeiro de 2022.

O atraso na conclusão das obras nos parques de estacionamento das praias (Morena e Sereia), previstos em sede de orçamento para 2022 e a incerteza em relação à sua abertura, no dia 1 de junho de 2022, tem conduzido, neste início de ano à continuidade da política de contenção de gastos.

26. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o disposto na alínea f) do n.º 5 do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Negativo, do período de 2021, no montante de 156 394,50 €, seja transferido para Resultados Transitados.

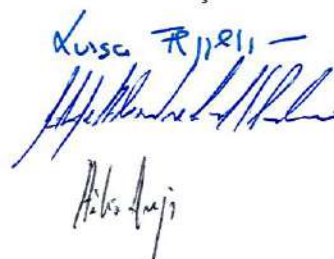
Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de administração em 11 de abril de 2022, sendo posteriormente remetidas para o Município de Almada para aprovação.

Contabilista Certificada



A Administração


Helder Araújo

RELATÓRIO &
CONTAS 2020

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

E

PARECER DO FISCAL ÚNICO

